

MLog S.A.

**Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório
sobre a revisão de informações trimestrais em
30 de junho de 2025**

Ref.: Relatório nº 258DS-049-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas	30
Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2025	33
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2025	41



RELATÓRIO DE DESEMPENHO

2T 2025



Indicadores Relevantes 2T 2025



MLOG CONSOLIDADO



R\$ 58.860

milhares de reais

Receita Líquida



R\$ 29.491

milhares de reais

EBITDA



R\$ 23.414

milhares de reais

EBITDA Ajustado

ASGAARD BOURBON — ABN



81,4%

Operacionalidade



3 AHTS
1 OSRV



R\$ 848.357

milhares de reais

Backlog de contratos

CIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA—CNA



13 EMPURRADORES

21 BALSAS



R\$ 6.960

milhares de reais

AFRMM gerado



211 mil m³

Volume
transportado

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2025. A Administração da MLog S.A. (“MLog” ou “Companhia”), em conjunto com suas subsidiárias diretas ou indiretas Morro do Pilar (“MOPI”, Projeto de Minério de Ferro), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”, Projeto Distrito Industrial e Porto Múltiplo, em Linhares), Asgaard Bourbon Navegação (“ABN”, Companhia de Navegação de Apoio Marítimo), Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”, Companhia de Navegação Fluvial) e NSN – Nova Sociedade de Navegação (“Columbus”), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Desempenho e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, todos referentes ao segundo trimestre de 2025, encerrado em 30 de junho de 2025. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações Financeiras da Companhia, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques do 2T 2025

NAVEGAÇÃO

Offshore

Operacionalidade da frota foi de 81,4% no 2T25, queda de 17,8p.p. na comparação anual, afetada pela ocorrência de paradas não programadas de duas embarcações. As inoperâncias temporárias, posteriormente contornadas, ocorreram devido a falhas técnicas em equipamentos específicos, cuja manutenção requer parada completa da embarcação e necessidade de aquisição de peças importadas.

A receita líquida da frota própria alcançou R\$40,6 milhões no 2T25, crescimento anual de 42,8%. O aumento da tarifa média, com o início dos novos contratos do OSRV Asgaard Sophia (em dez/24) e dos AHTS Geonisio Barroso (em abril/25) e Yvan Barreto (em maio/25), mais do

que compensou o impacto das paradas não programadas e das mobilizações para adequação das duas embarcações AHTS aos novos contratos.

Em junho de 2025, o backlog dessa operação atingiu R\$848,3 milhões, com perspectiva de realização dessa carteira no período de 3 a 4 anos. Destaca-se que toda a frota da operação de apoio marítimo offshore está operando com base nos novos contratos celebrados com a Petrobras, iniciados em 2023 (AHTS Haroldo Ramos), em 2024 (OSRV Asgaard Sophia) e em 2025 (AHTS Geonisio Barroso e Yvan Barreto), mantendo o mesmo escopo dos anteriores, mas com diárias reajustadas em patamares superiores.

Interior

Volume transportado de 211 mil m³ no 2T25, queda 28,6% na comparação anual, refletindo os seguintes movimentos: i. redução da demanda por transporte por parte de um cliente cativo, que reestruturou sua estratégia operacional, passando a carregar parte de sua carga diretamente no navio; ii. menor presença no mercado spot. A receita líquida, por sua vez, totalizou R\$18,2 milhões no 2T25, correspondendo a uma redução anual de 20,3% devido ao menor volume transportado e ao encerramento do contrato de *bunkering* (no primeiro semestre de 2025). Em contrapartida, a maior tarifa média e a receita advinda dos contratos com cláusulas de ‘take or pay’ diluíram parte do impacto do menor volume.

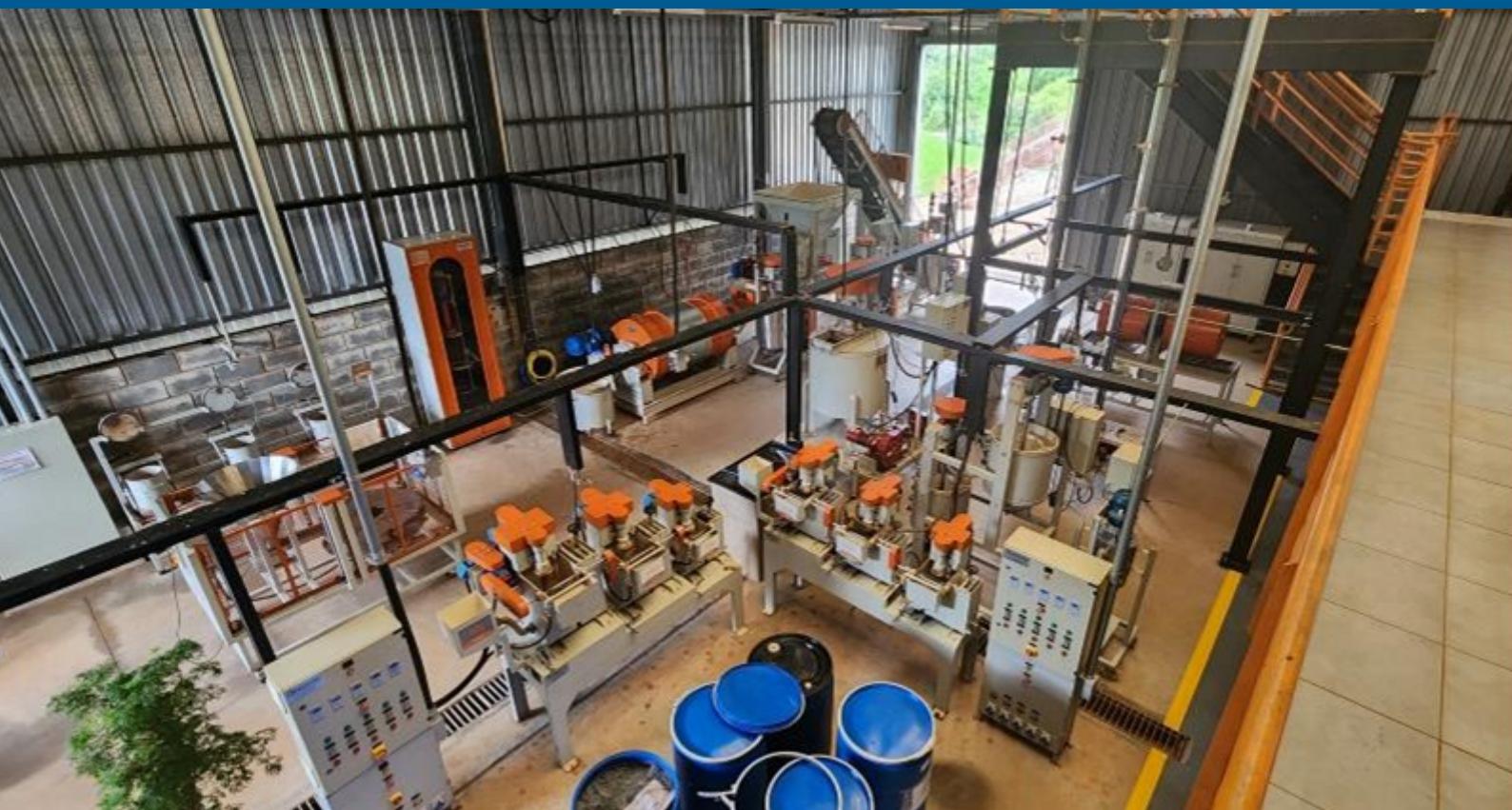
MINERAÇÃO

Licenciamento

Ao longo do 2T25, a Companhia se manteve atuante na evolução dos estudos e na consecução dos marcos relacionados ao licenciamento instalação do Projeto MOPI, ainda pré-operacional, que visa produzir 25 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.



Galpão de testemunho



Planta Piloto



MLOG

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O segundo trimestre de 2025 da MLog S.A. foi marcado por desafios pontuais de volume e operacionalidade, mitigados pelo efeito positivo das maiores taxas diárias e pela adoção, na navegação interior, da modalidade de franquia mínima movimentada.

Na navegação interior, nossa controlada integral CNA vem implementando mudanças na estrutura operacional. Em linha com essa estratégia, a empresa alienou, ao longo do segundo trimestre, dez embarcações que não estavam em atividade. Por outro lado, segue em andamento a construção da balsa tanque de 4.500 m³, com previsão de entrega para o segundo semestre de 2025. É importante ressaltar que os recursos a serem aplicados na expansão da frota própria serão gerados através monetização do AFRMM.

No segmento de navegação de apoio marítimo offshore, a controlada ABN enfrentou alguns desafios operacionais ao longo do segundo trimestre 2025, que levaram a necessidade de parada para manutenção de duas embarcações, impactando a operacionalidade no período. Entretanto, após as manutenções implementadas, as embarcações voltaram a operar em ritmo consistente. Quanto aos instrumentos contratuais, vale destacar que toda a frota da ABN está operando com base nos novos contratos celebrados com a Petrobras, iniciados em 2023 (AHTS Haroldo Ramos), em 2024 (OSRV Asgaard Sophia) e 2025 (AHTS Geonisio Barroso e Yvan Barreto). Os novos contratos mantiveram o escopo dos anteriores, mas com tarifas médias reajustadas em patamares superiores. Desse modo, a ABN encerrou o segundo trimestre com um backlog de R\$848,3 milhões, com perspectiva de realização dessa carteira no período de três a quatro anos. Vale ressaltar ainda que os reajustes das taxas diárias ainda não foram totalmente incorporados aos resultados, visto que o novo contrato do AHTS Yvan Barreto teve início no final de maio, o que deverá se traduzir em aumento das margens de contribuição no terceiro trimestre.

Visualizamos a continuidade do cenário de demanda aquecida para o segmento offshore (ABN) frente aos potenciais investimentos provenientes do segmento de óleo & gás. A CNA, por sua vez, vem reforçando a estratégia de utilização do AFRMM como fonte de recursos para a expansão da frota própria. Em mineração, continuamos com as ações necessárias para viabilizar o projeto MOPI.

Para encerrar, é com satisfação que informamos que a nossa controlada CNA foi eleita como a nona melhor empresa para se trabalhar na categoria Transporte e Logística, entre as companhias de Óleo & Gás no Brasil, segundo o ranking elaborado pelo Great Place To Work® (GPTW). Reforçamos que essa classificação celebra a cultura e o ambiente de colaboração e respeito na CNA, pilares que transcendem para todo o Grupo MLog.

Contexto Organizacional



CRIAÇÃO DE COLUMBUS SHIPPING E DA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO (SCP)

Com a evolução dos ativos de Navegação e Mineração da Companhia, de forma a melhorar a compreensão de cada uma das atividades, passamos a reportar nos comentários consolidados dos Relatórios de Administração somente os movimentos estratégicos e as atividades diretamente relacionadas à holding, com reporte mais detalhado das operações e performance da Mineração e Navegação sendo apresentados nas seções deste Relatório dedicadas à cada uma das atividades.

Como parte dos esforços de estruturação das atividades de Navegação e Mineração de forma segregada, no segundo semestre de 2022, foi criada a subsidiária integral Nova Sociedade de Navegação S.A. ("NSN"), companhia registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na categoria B, que passou a concentrar todos os ativos, passivos e negócios relacionados à Navegação. A Administração da Companhia, suportada por assessores externos, elegeu Columbus Shipping ("Columbus") como nome fantasia para a NSN, em 15 de maio de 2023.

Devido a existência de ativos e passivos que ainda necessitam de anuências por parte de credores para sua transferência, foi criada, em 02 de janeiro de 2023, uma SCP—Sociedade em Conta de Participação, com a MLog sendo a sócia ostensiva e a Columbus como sócia participante. Essa SCP permite que sejam visualizados os ativos e passivos na Columbus, sem que haja a transferência efetiva destes, dado que estão em processo de obtenção de anuências por parte de credores para concretização da transferência.

A criação da SCP seguiu a lei 10.406/2002 nos artigos 991 a 996 e, na ausência de normativos contábeis específicos para esta classificação de entidade jurídica, a Companhia observou amplamente a Lei das S.A. (Lei 6.404/1976), uma vez que a SCP é detida por duas Companhias abertas (MLog e Columbus) e realizou registros contábeis em linha com as normas contábeis vigentes para sociedades de capital aberto. A nova organização possibilitará à Companhia otimizar a gestão de sua estrutura de capital, incluindo acesso à linhas de financiamento e, eventualmente, de capital.

Na ausência de norma contábil específica para Sociedades em Conta de Participação, a Administração exerceu seu julgamento de como melhor demonstrar a SCP nos registros da Columbus e, na impossibilidade de registro de equivalência patrimonial, optou por registrar como investimento a custo de contribuição de capital; sendo os números da SCP demonstrados em Nota Explicativa das Demonstrações Financeiras da MLog como sócia ostensiva e da Columbus como sócia participante.

Vale ressaltar que a administração da Companhia solicitou algumas anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos. No entanto, até o momento, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes.

Todavia, até que as supracitadas anuências sejam emitidas, a NSN possui somente uma embarcação de apoio de pequeno porte em seu rol de ativos em operação; que, no momento, está afretada a ABN.



2T 2025

ASGAARD BOURBON

NAVEGAÇÃO OFFSHORE

Destaques operacionais

A navegação offshore compreende atualmente quatro embarcações operacionais e contratadas à Petrobras, sendo três AHTS e um OSRV, todas de propriedade do Grupo.

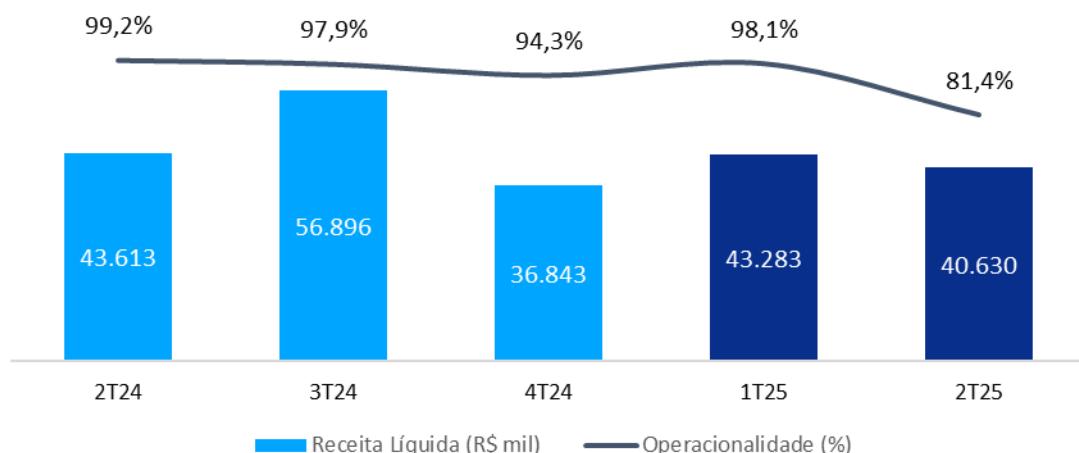
OPERAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES

Operacionalidade da frota própria de 81,4% no 2T25, queda de 17,8p.p. na comparação anual, afetada pela ocorrência de paradas não programadas de duas embarcações. As inoperâncias temporárias, posteriormente contornadas, ocorreram devido a falhas técnicas em equipamentos específicos, cuja manutenção resultou na parada completa da embarcação, além da necessidade de aquisição de peças importadas. Na comparação trimestral, observa-se queda de 16,8 p.p., refletindo os motivos mencionados anteriormente.

A receita líquida da frota própria alcançou R\$40,6 milhões no 2T25, crescimento anual de 42,8%. O aumento da tarifa média, com o início dos novos contratos do OSRV Asgaard Sophia (em dezembro/24) e dos AHTS Geonisio Barroso (em abril/25) e Yvan Barreto (em maio/25), mais do que compensou o impacto das paradas não programadas e das mobilizações para adequação das duas embarcações AHTS aos novos contratos.

É importante mencionar que o gráfico abaixo leva em consideração a frota total da operação de apoio marítimo. Neste contexto, a receita líquida 6,8% inferior na comparação anual é explicada pelo fato da ABN ter operado no 2T25 com uma embarcação a menos, após a devolução do WSSV afretado, que teve seu contrato encerrado em setembro de 2024.

Operacionalidade e Receita Líquida



¹ Cálculo da Operacionalidade não leva em conta parada para docagem nem readequação da embarcação para novos contratos.

BACKLOG ATUAL DE CONTRATOS

O backlog representa o saldo de dias remanescentes de contrato valorados pelas diárias acordadas para cada embarcação. Ressalta-se que esse valor é estimado, uma vez que, sua realização, depende diretamente da performance operacional das embarcações, bem como das taxas de câmbio futuras.

Em junho de 2025, o backlog da operação de apoio marítimo offshore atingiu R\$848,3 milhões, com perspectiva de realização dessa carteira no período de 3 a 4 anos.

Ao longo do 2T25, tiveram início os novos contratos dos AHTS Geonisio Barroso (na segunda metade de abril) e Yvan Barretto (no final de maio), com escopos similares aos contratos anteriores, mas com taxas médias diárias reajustadas em torno de 50%.

Destaca-se que toda a frota da operação de apoio marítimo offshore está operando com base em novos contratos celebrados com a Petrobras, iniciados em 2023 (AHTS Haroldo Ramos), em 2024 (OSRV Asgaard Sophia) e 2025 (AHTS Geonisio Barroso e Yvan Barretto), com tarifas médias reajustadas em patamares superiores.

Backlog atual de contratos - Offshore

Embarcação	Tipo Embarcação	Início do Contrato ¹	Término do Contrato Firme ²	Backlog (R\$ 000) ³
Haroldo Ramos	AHTS	set-23	set-27	154.199
Asgaard Sophia	OSRV	dez-24	jan-29	189.959
Geonisio Barroso	AHTS	abr-25	mai-29	252.012
Yvan Barretto	AHTS	mai-25	mai-29	252.188
			Total	848.357



1- Foi considerado como início dos contratos a data efetiva de seu início, quando já realizada, ou estimada, quando futura.

2- O período firme de contrato equivale ao prazo mínimo garantido. Nossos contratos incluem períodos adicionais de renovação em caso de acordo mútuo entre as partes, não considerados no Backlog, exceto quando formalmente solicitados pelo Cliente.

3- O valor do backlog considera a taxa de câmbio de venda de fechamento em 30 junho de 2025, de R\$5,4571, para conversão dos valores em US\$ para R\$. Em média, nossos contratos têm 60% de seu valor em US\$ e 40% em R\$.

PRINCIPAIS TIPOS DE EMBARCAÇÕES OFFSHORE

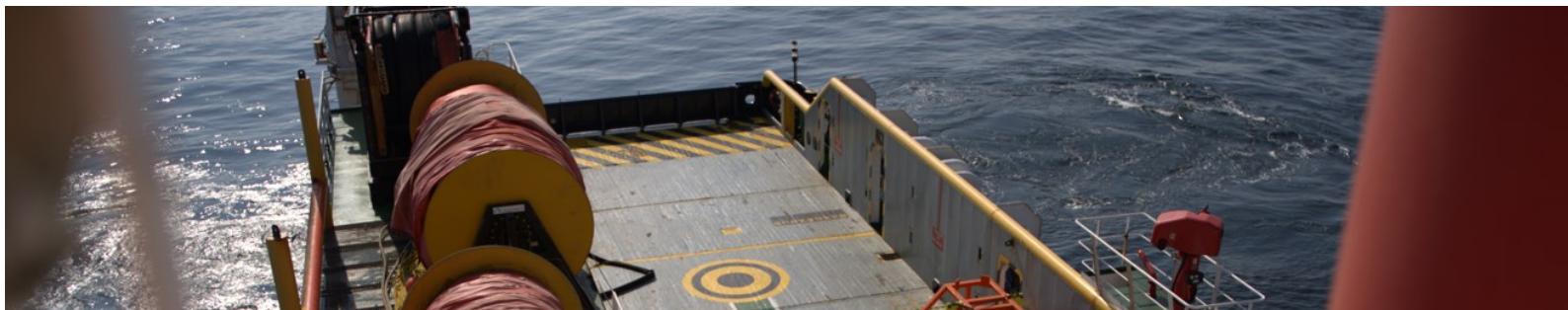
- *Platform Supply Vessel (PSV)*, embarcações capazes de transportar cargas líquidas e sólidas entre a costa e as plataformas e vice-versa.
- *ROV Supply Vessel (RSV)*, embarcações especializadas ou preparadas para operação de um ou mais ROV (*Remote Operate Vehicle*).
- *Multi-purpose Platform Supply Vessel (MPSV)*, embarcações multipropósito, capazes de transportar cargas líquidas e sólidas, capacidade de acomodação de pessoal acima dos PSVs, além da capacidade de outras operações, incluindo ROVs.
- *Anchor Handling Tug Supply (AHTS)*, embarcações capazes de ancorar e rebocar plataformas, guindastes e outras embarcações.
- *Oil Recovery Supply Vessel (OSRV)*, embarcações que contam com equipamentos de combate a incêndio e recolhimento de óleo no mar.
- *Well Stimulation Supply Vessel (WSSV)*, embarcações cujos equipamentos são capazes de intervir e estimular poços de petróleo, visando a melhora da recuperação de óleo.
- *Dive Support Vessel (DSV)*, embarcações equipadas para atividades que envolvem mergulhadores.
- *Construction Support Vessel (CSV)*, embarcações equipadas para atividades de construção e instalação submarinas, geralmente incluindo utilização de ROV e mergulhadores.

OVERVIEW REGULATÓRIO DO MERCADO BRASILEIRO

- Empresa Brasileira de Navegação (EBN) é uma entidade autorizada pelos órgãos reguladores (ANTAQ) a operar em alguma ou diversas atividades de navegação no Brasil. Para ser uma EBN, a empresa precisa ser brasileira (mesmo que seu capital seja detido por estrangeiros) e possuir pelo menos uma embarcação de bandeira brasileira operando regularmente.
- Registro Especial Brasileiro (REB) é um regime exclusivo a embarcações de bandeira brasileira, operadas por empresas brasileiras de navegação. Podem ser registradas no REB, embarcações construídas no Brasil, importadas (com devido pagamento dos impostos) ou estrangeiras, com suspensão temporária da bandeira original. Neste último caso, o registro depende da disponibilidade de tonelagem de embarcações brasileiras pela EBN operadora (Artigo 10 da lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997).

Principais tipos de Afretamento

- Afretamento a casco nu (ou *bareboat*): afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação;
- Afretamento por tempo (ou *time charter*): afretador recebe a embarcação armada e tripulada, ou parte dela, para operá-la.





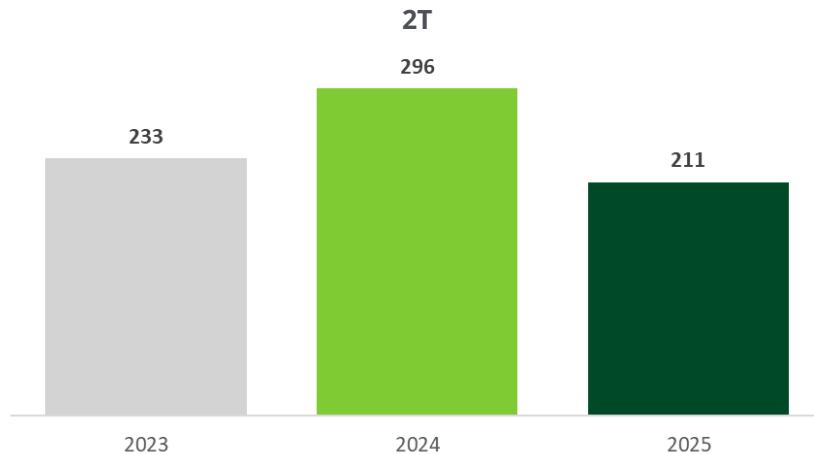
2T 2025 COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA

**CNA: NAVEGAÇÃO INTERIOR E
CABOTAGEM**

Destaques operacionais

A CNA possui frota própria de 21 balsas e 13 empurradores.

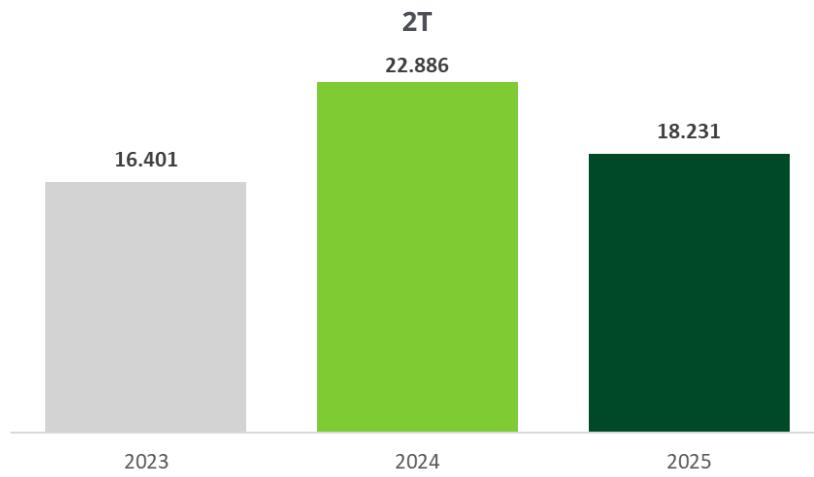
Volume Transportado ('000 m³)



Volume transportado de 211 mil m³ no 2T25, queda 28,6% na comparação anual, refletindo os seguintes movimentos:

- menor demanda por transporte por parte de um cliente cativo, que reestruturou sua estratégia operacional, passando a carregar parte de sua carga diretamente no navio;
- menor presença no mercado spot.

Receita Líquida¹ (BRL '000)



A receita líquida totalizou R\$18,2 milhões no 2T25, correspondendo a uma redução anual de 20,3% devido ao menor volume transportado e ao encerramento do contrato de *bunkering* (no primeiro semestre de 2025). Em contrapartida, as maiores tarifas médias diluíram parte do impacto do menor volume. Ressalta-se ainda que a CNA opera na modalidade 'franquia mínima movimentada' (take or pay), cobrando do cliente a quantidade acordada não movimentada, o que também contribuiu para mitigar o efeito do menor volume no período.

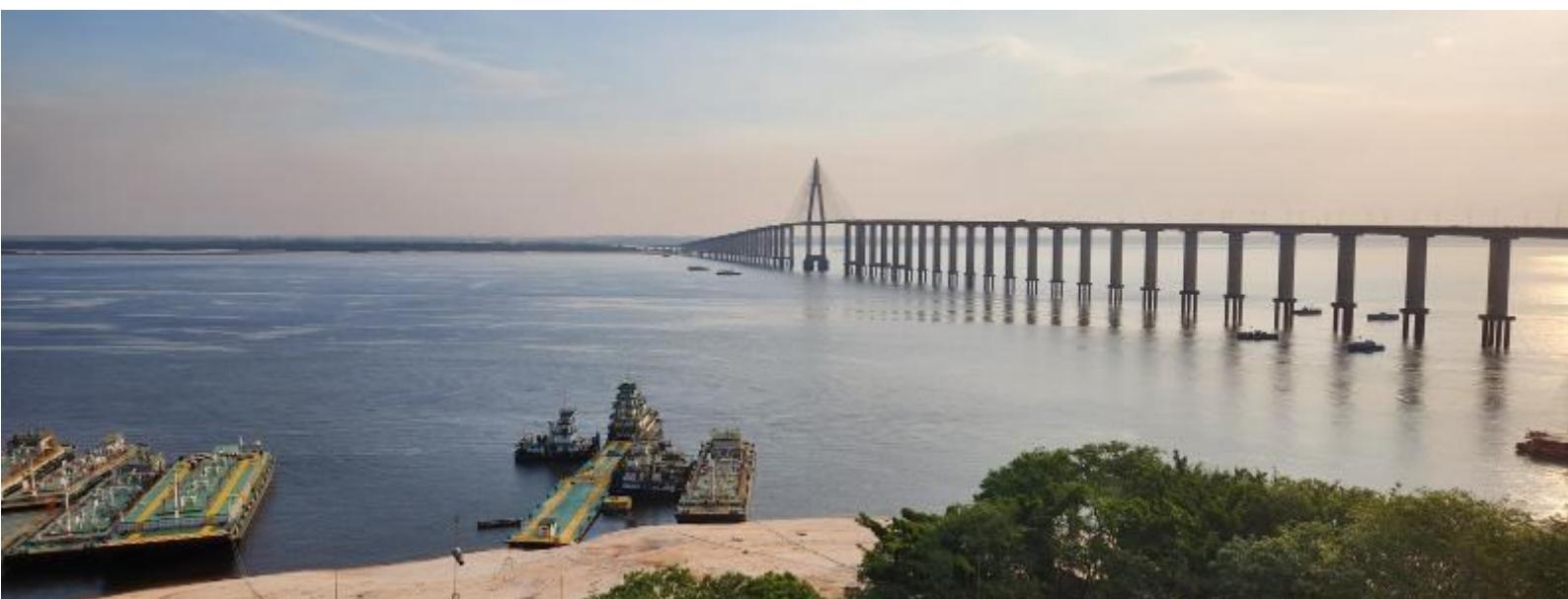
¹ Receita gerencial líquida considerando efeito de corte contábil e eliminando valores recebidos intercompany.

ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (“AFRMM”)

Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”), regulado principalmente pela Lei 10.893 de 2004, alterada pela Lei 14.301 de 2022. O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”).

As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de granéis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil.

A Lei 14.301, de 7 de janeiro de 2022 (BR do Mar) estabeleceu um novo marco regulatório para a cabotagem no Brasil com diferentes inovações e alternativas de atuação dentro do setor de navegação. Algumas das mais relevantes alterações da BR do Mar estão relacionadas aos procedimentos e regras para utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM.



Por um lado, tornaram-se mais restritas as possibilidades de utilização de recursos financeiros do AFRMM em aquisições ou construções de embarcações, sendo que os créditos poderão ser utilizados para aquisições ou construções de embarcações do mesmo tipo que originou os recursos financeiros de AFRMM depositados na conta vinculada da Empresa Brasileira de Navegação (“EBN”).

Mas por outro lado, a Lei da Cabotagem passa a permitir novas possibilidades de utilização dos recursos do AFRMM, como (i) serviços de manutenção e revisão por empresas especializadas, possibilidade que antes era restrita a estaleiros; (ii) reembolsos anuais dos valores relativos a seguros e resseguros contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas; (iii) pagamento de afretamentos, dentre outros.

Navegação do Interior e Cabotagem

Assim sendo, das possibilidades disponíveis para que a CNA se utilize dos recursos arrecadados pelo AFRMM, elencamos as seguintes:

- i) para construção ou aquisição de embarcações novas, produzidas em estaleiros brasileiros;
- ii) para jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, revisão e reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e/ou instalação de equipamentos, nacionais ou importados, quando realizada por estaleiro ou empresa especializada brasileira, sendo responsabilidade da empresa proprietária ou afretadora adquirir e contratar os serviços;
- iii) para pagamento do valor total do afretamento de embarcações utilizadas, desde que tal embarcação seja de propriedade de uma empresa brasileira de investimento na navegação e tenha sido construída no País;
- iv) para manutenção, em todas as suas categorias, realizada por estaleiro brasileiro, por empresa especializada ou pela empresa proprietária ou afretadora, em embarcação própria ou afretada;
- v) para garantia à construção de embarcação em estaleiro brasileiro;
- vi) para reembolso anual dos valores pagos a título de prêmio e encargos de seguro e resseguro contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas.

Ressaltamos que o procedimento para utilização dos recursos para os itens (i), (ii) e (iv) estão operacionais por parte do BNDES, agente financeiro responsável por autorizar a movimentação de contas vinculadas. A Companhia aguarda a regulamentação dos demais itens para então avaliar o impacto total trazido pela Lei 14.301 tanto no que se constituiu como restrição — especialmente a impossibilidade de utilização dos créditos por coligadas em navegação diversa da geradora do recurso — quanto nas suas adições.



Navegação do Interior e Cabotagem

CONTABILIZAÇÃO DO AFRMM—CPC 07 (IAS 20)

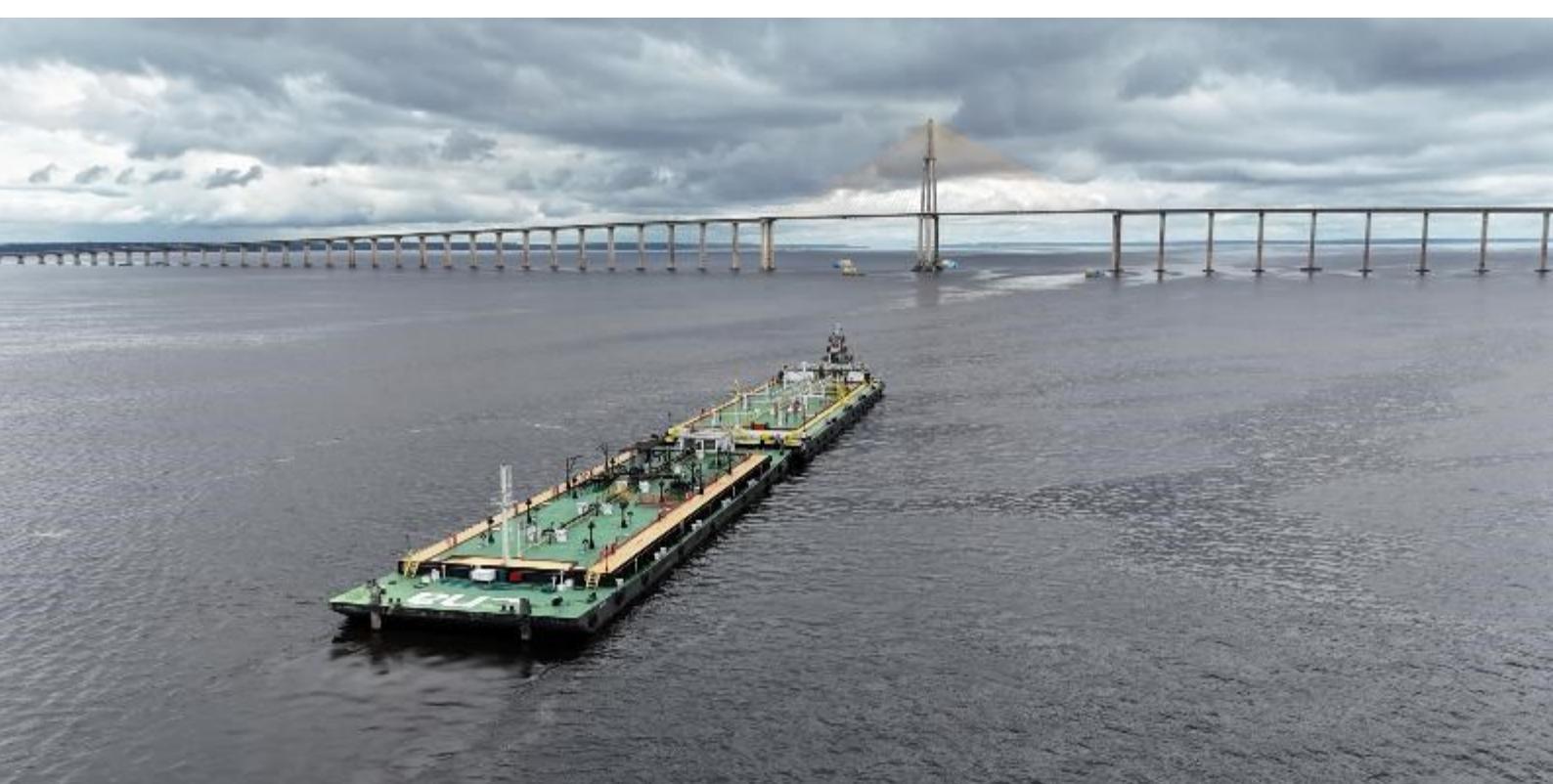
A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo de longo prazo e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Atualmente, em um prazo médio aproximado de 90 a 120 dias, este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido.

Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue:

Se a companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM.

Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 – R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo, será lançado no resultado o valor de R\$5 como Receitas de Subvenção—AFRMM.

Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico aos acionistas se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.



Navegação (Offshore + Cabotagem)

DRE - Navegação	2T25	2T24	Δ a/a	1T25	Δ t/t	1S25	Δ a/a
Receita Líquida	58.860	66.499	-11,5%	58.638	+0,4%	117.498	-12,7%
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(38.278)	(48.056)	-20,3%	(37.806)	+1,2%	(76.084)	-21,3%
(-) G&A sem Depreciação	(9.140)	(7.882)	+16,0%	(7.130)	+28,2%	(16.270)	+10,1%
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	20.802	5.728	+263,3%	6.064	+243,0%	26.866	+63,8%
EBITDA	32.244	16.290	+97,9%	19.766	+63,1%	52.010	+31,5%
(+) Novo AFRMM Gerado	6.960	6.044	+15,2%	6.951	+0,1%	13.911	+11,0%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(4.648)	(4.942)	-5,9%	(5.141)	-9,6%	(9.789)	-32,9%
(+/-) Não Recorrente	(8.654)	(789)	+996,8%	(923)	+837,6%	(9.577)	+428,2%
EBITDA Ajustado¹	25.902	16.603	+56,0%	20.653	+25,4%	46.555	+30,5%

1- Métrica de EBITDA Ajustado não revisada pelos auditores independentes. A consolidação das empresas do ramo de navegação considera as eliminações de lançamentos intercompany.

A Margem EBITDA ajustada alcançou 44,0% no 2T25, crescimento de 19,0p.p. ano contra ano, refletindo o aumento das tarifas médias, tanto na operação offshore quanto na interior, bem como a contabilização da receita decorrente da multa em função da rescisão antecipada do contrato da operação de bunkering por parte do cliente (R\$7,5 milhões).

O aumento da conta 'Outras receitas e despesas operacionais' no período é explicado, principalmente, pelo reconhecimento, pela controlada CNA, do montante referente ao ganho com a alienação de embarcações que se encontravam fora de operação, no valor de R\$8,7 milhões; e, pela contabilização de receita referente a multa mencionada anteriormente.





2T 2025

MINERAÇÃO MORRO DO PILAR

MOPI: MINERAÇÃO

Destaques do Projeto

O Projeto Morro do Pilar (MOPI) tem por finalidade a produção de 25 milhões de toneladas por ano de minério de ferro de alto teor, matéria-prima essencial para a produção do aço verde.

Está localizado em região de baixa densidade populacional do Estado de Minas Gerais, no município de Morro do Pilar, cujo dados divulgados no Censo IBGE 2022 apontam para 3.133 habitantes ou 6,56 habitantes por km².

O projeto está baseado no Technical Report elaborado pela empresa SRK Consulting em 2014, que apresentava o total de 1,64 bilhão de toneladas de recursos certificados, sendo 1,33 bilhão de toneladas de recursos medidos e indicados e 0,31 bilhão de toneladas de recursos inferidos, seguindo os padrões do Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum (CIM) de 27 de novembro de 2010 e o Canadian National Instrument Form 43-101F (Form NI 43-101F).

O protocolo do requerimento da Licença de Instalação (LI) foi realizado em agosto de 2019 e atualizado em outubro de 2021, com a inclusão da filtragem e empilhamento da totalidade de dos rejeitos (eliminando a utilização de barragens), além do faseamento do projeto. Estas atualizações permitiram a sua adequação às melhores práticas ambientais existentes, além de reduzir o investimento e o prazo necessários para o início das operações. O Projeto MOPI foi classificado como prioritário pela Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INVEST MINAS), e por esta razão, o licenciamento ambiental está tramitando na Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI), subordinada à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).



Testemunho



Projeto Direct Shipping Ore - DSO

A 1^a fase do Projeto MOPI, denominada DSO (Direct Shipping Ore), foi idealizada com o objetivo de reduzir o investimento e o prazo de implantação necessários para o início das operações. Essa fase consiste no processamento simplificado de 20 milhões de hematita friável certificadas, localizadas no Pit Norte, sem a utilização de água e/ou barragens de rejeitos. Além desses recursos, a área também contém aproximadamente 10 milhões de toneladas de canga, que potencialmente poderão ser convertidas em produto com qualidade satisfatória.

Direct Shipping Ore - DSO (Fase 1 do Projeto MOPI)

Licenciamento Ambiental

Como o Projeto DSO está localizado na mesma Área Diretamente Afetada (ADA) e seu volume de recursos já era parte do Projeto MOPI, o processo de licenciamento avançará com o atual pedido da LI para o projeto como um todo. Após a emissão da LI e instalação da planta do DSO, a Companhia solicitará uma Licença de Operação (LO) parcial do DSO. A implantação das estruturas e da planta de beneficiamento das fases seguintes do Projeto MOPI já estarão autorizadas por esta LI e serão alvo então de futuros pedidos de LO.

Volume de produção e produto	Logística	Investimento (Capex)
-------------------------------------	------------------	-----------------------------

O volume de produção planejado para o Projeto DSO é de até 5 milhões de toneladas por ano de produto final, minério de ferro fino, com teor de 63,1% de Fe.

A logística para o escoamento do produto da fase DSO será pelo modal rodoviário.

O Capex estimado pela Companhia para a implantação completa do Projeto DSO é de US\$50 milhões.

Lito	Massa (Mt)	% Fe	% SiO₂	% Al₂O₃	% LoI
Total DSO	20.7	63.1	6.33	2.04	1.08

Pellet feed - 25 Mtpa (Fase 2 do Projeto Morro do Pilar)

A segunda etapa do projeto prevê o processamento e tratamento de ROM para a produção de 25 milhões de toneladas por ano de concentrado de alto teor (pellet feed), com aproximadamente 68,5% de ferro.

Logística das Fases 2 e 3 do Projeto Morro do Pilar

Frente às mudanças promovidas pelo Governo Federal no marco regulatório das ferrovias, a MOPI identificou alternativas logísticas para o escoamento do minério de ferro da segunda etapa de seu empreendimento. No biênio 2022 e 2023, foram assinados contratos de adesão para a construção de dois trechos ferroviários, com prazo de vigência de noventa e noventa e nove anos. O primeiro trecho conectando a MOPI à Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), em uma distância de aproximadamente 100 km entre os municípios mineiros de Morro do Pilar e Nova Era. O segundo trecho, entre os municípios de Colatina e Linhares, no Espírito Santo, ligando a EFVM ao terreno localizado na zona costeira do município de Linhares (ES), de propriedade da nossa subsidiária CDNC, uma área propícia à construção de um porto próprio.

Outros *players* relevantes também requisitaram autorizações para construção de novos trechos que poderão ser utilizados como alternativas de escoamento da produção da MOPI. Nesse contexto, a mineradora Vale, concessionária da EFVM, solicitou um trecho ligando a EFVM à Serra da Serpentina, localizada na região limítrofe à área do projeto MOPI.



MOPI - Projeto Morro do Pilar

Investimentos Realizados

O Projeto Morro do Pilar contou com investimentos na ordem dos USD 800MM desde o seu início, sendo uma parte relevante desses investimentos realizada quando o ativo estava sob gestão de seu controlador fundador, a Manabi.

Destaca-se que todo o investimento realizado teve como fonte o Capital Próprio (Equity) da Companhia, estando o ativo desvinculado de dívidas contraídas com terceiros.

Composição do investimento:

- Direitos Minerários (U\$ 400 milhões);
- Engenharia, estudos ambientais e estrutura administrativa (U\$ 200 milhões);
- Geologia (U\$ 150 milhões)
- Aquisição do terreno para construção do Porto em Linhares (ES), engenharia e licenciamento (U\$ 50 milhões).

O processo de licenciamento ambiental tem avançado, com otimizações no projeto visando aumento da segurança operacional, que agora inclui a filtragem e empilhamento da totalidade de seus rejeitos, eliminando a utilização de barragens.

A Administração mantém o estreito acompanhamento junto aos órgãos responsáveis pela concessão da licença de instalação.

2T 2025

MLOG



Resumo Financeiro 2T 2025 MLOG

DRE - 2T 2025 (03 meses)	Navegação	Mineração	Consolidado
Receita Líquida	58.860	-	58.860
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(38.278)	-	(38.278)
(-) G&A sem Depreciação	(9.140)	(2.488)	(11.628)
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	20.802	(265)	20.537
EBITDA	32.244	(2.753)	29.491
(+) Novo AFRMM Gerado	6.960	-	6.960
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(4.648)	-	(4.648)
(+/-) Não Recorrente	(8.654)	265	(8.389)
EBITDA Ajustado¹	25.902	(2.488)	23.414
Depreciação/Amortização			(10.495)
(-) Novo AFRMM Gerado			(6.960)
Receitas Financeiras			(5.331)
Despesas Financeiras			(7.025)
Variação Cambial			(1.394)
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)			4.648
(+/-) Não Recorrente			8.389
Imposto de Renda e Contribuição Social			(4.189)
Resultado Líquido			1.057

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas Columbus, CNA e Asgaard Bourbon, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC. A consolidação dos segmentos considera eliminação de lançamentos intercompany.

1- Métrica de EBITDA Ajustado não revisada pelos auditores independentes.



Resumo Financeiro

MLOG

DRE - MLog Consolidado	2T25	2T24	Δ a/a	1T25	Δ t/t	1S25	Δ a/a
Receita Líquida	58.860	66.499	-11,5%	58.638	+0,4%	117.498	-12,7%
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(38.278)	(48.056)	-20,3%	(37.806)	+1,2%	(76.084)	-21,3%
(-) G&A sem Depreciação	(11.628)	(11.057)	+5,2%	(9.703)	+19,8%	(21.331)	+6,8%
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	20.537	5.241	+291,9%	5.402	+280,2%	25.939	+51,5%
EBITDA	29.491	12.627	+133,6%	16.531	+78,4%	46.022	+31,2%
(+) Novo AFRMM Gerado	6.960	6.044	+15,2%	6.951	+0,1%	13.911	+11,0%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(4.648)	(4.942)	-5,9%	(5.141)	-9,6%	(9.789)	-32,9%
(+/-) Não Recorrente	(8.389)	1.487	-664,2%	(261)	+3.114,2%	(8.650)	+242,6%
EBITDA Ajustado¹	23.414	15.216	+53,9%	18.080	29,5%	41.494	+36,1%
Depreciação/Amortização	(10.495)	(14.398)	-27,1%	(12.053)	-12,9%	(22.548)	-19,3%
(-) Novo AFRMM Gerado	(6.960)	(6.044)	15,2%	(6.951)	+0,1%	(13.911)	+11,0%
Receitas Financeiras	(5.331)	681	-882,8%	7.498	-171,1%	2.167	-57,4%
Despesas Financeiras	(7.025)	(22.324)	-68,5%	(22.210)	-68,4%	(29.235)	-12,1%
Variação Cambial	(1.394)	(95)	+1.367,4%	1.288	-208,2%	(106)	-97,3%
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	4.648	4.942	-5,9%	5.141	-9,6%	9.789	-32,9%
(+/-) Não Recorrente	8.389	(1.487)	-	261	+3.114,2%	8.650	+242,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.189)	(308)	+1.260,1%	(467)	+797,0%	(4.656)	+223,6%
Resultado Líquido	1.057	(23.817)	-	(9.413)	-111,2%	(8.356)	-68,4%

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas Columbus, CNA e Asgaard Bourbon, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC. A consolidação dos segmentos considera eliminação de lançamentos intercompany.

1- Métrica de EBITDA Ajustado não revisada pelos auditores independentes.

Informações financeiras consolidadas



RECEITA LÍQUIDA

A Companhia apresentou Receita Líquida Consolidada de R\$ 58.860 no segundo trimestre de 2025, queda de 11,5% quando comparada com o mesmo período do ano anterior, explicado, principalmente, pelo fato da controlada ABN ter operado no trimestre com uma embarcação a menos em função da devolução do WSSV Stim Star Arabian Gulf, cujo contrato encerrou-se em setembro de 2024.

RESULTADO DO PERÍODO

A MLog encerrou o segundo trimestre de 2025 com lucro líquido consolidado de R\$ 1.057, revertendo o prejuízo de R\$ 23.817 verificado no 2T24. O resultado positivo reflete a melhora operacional das controladas da Companhia (ABN e CNA), adicionado a ocorrência de receita extraordinárias na CNA, tais como, o reconhecimento da alienação de embarcações que se encontravam fora de operação (ganho líquido de R\$ 8,7 milhões) e pela contabilização da receita decorrente da multa em função da rescisão contratual antecipada do contrato da operação de *bunkering* por parte do cliente (R\$7,5 milhões).

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia encerrou junho de 2025 com posição consolidada em caixa e equivalente caixa de R\$20.094 (versus R\$11.540, em março de 2025). Desse montante, R\$6.858 correspondem ao saldo em aplicação vinculada a garantias de empréstimos, contabilizado no ativo não circulante. O aumento do saldo de caixa ao longo do segundo trimestre é explicado, entre outros, pela entrada de caixa das atividades operacionais e pelo saldo líquido positivo da atividade de financiamento.

AFRMM

A Companhia encerrou junho de 2025 com R\$12.601 referentes ao saldo de depósitos de AFRMM em conta vinculada (versus R\$9.984, em março de 2025).

EMBARCAÇÕES AFRETADAS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

Em face das alterações no CPC 06 (IFRS 16), conforme Notas Explicativas, a Companhia passou a reconhecer certos contratos de afretamento e arrendamento como ativos e passivos. Ao longo do segundo trimestre de 2025, as embarcações remanescentes afretadas de terceiros pela CNA foram devolvidas, o que resultou na baixa do direito de uso no ativo não circulante (que era de R\$1.753, em março de 2025) e do afretamento a pagar no passivo circulante (que era de R\$3.105, em março de 2025).

Informações financeiras consolidadas



EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia encerrou junho de 2025 com um total de empréstimos de R\$ 184.538, aumento de 6,9% em comparação a março de 2025, integralmente concentrado em moeda nacional, com 68,3% do montante no passivo não circulante (versus a 75,1%, em março de 2025).

Além do montante captado com instituições financeiras mencionado anteriormente, a Companhia tem ainda um passivo por obrigações por aquisição de investimentos no valor de R\$ 47.580, detalhado nas seções seguintes.

OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Os valores a pagar originalmente referentes à aquisição da CNA são contabilizados como Obrigações por Aquisição de Investimentos. Os bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total dos créditos, com os demais pertencentes a diversos credores que originalmente eram debenturistas do Grupo Libra.

O total destas Obrigações por Aquisição de Investimentos era de R\$ 47.580, em junho de 2025 (versus R\$ 48.782, em março de 2025).

Ressalta-se que na aquisição da CNA, o Grupo Libra assumiu contratualmente perante a Companhia a responsabilidade pelo pagamento de passivos de natureza diversas existentes na CNA até a data de sua aquisição, no valor de R\$ 5 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2024).

Informações financeiras consolidadas



ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES

Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados a MOPI, o balanço patrimonial consolidado da Companhia, em 30 de junho de 2025, reflete passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 83.513 (versus R\$ 92.404, em 31 de março de 2025). Adicionalmente, as informações contábeis individuais e consolidadas refletem prejuízos acumulados de R\$ 467.064, em 30 de junho de 2025 (versus R\$ 470.809, em 31 de março de 2025).

ESTRUTURA DE CAPITAL

A Companhia fechou junho de 2025 com um passivo total de R\$655.677, sendo 33,4% no circulante e o valor remanescente no não circulante. Entretanto, parte significativa desse montante é referente as Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM (no valor de R\$205.534), que embora estejam reconhecidas no passivo, não representam efetivamente obrigação de pagamento pela Companhia. A existência desse valor está relacionada à forma de contabilização de subsídios governamentais, conforme determinado pelo CPC 07.

O valor do passivo total da Companhia excluindo o valor de Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM é de R\$450.143, equivalente a 34,9% do total de ativos e 71,1% do Patrimônio Líquido.

Informações financeiras consolidadas



CONTINUIDADE OPERACIONAL

As informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir suas obrigações de pagamentos, principalmente aqueles decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos.

A situação de liquidez e prejuízos acumulados é reflexo de parte significativa dos ativos da Companhia estarem em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, além de compromissos de curto prazo relacionados aos valores a pagar pela aquisição da CNA. Adicionalmente, houve aumento de desembolsos com fornecedores, proveniente das docagens dos AHTS Haroldo Ramos, em 2023, além do Geonisio Barroso e Yvan Barretto, em 2024. Estes eventos estão sendo suportados pela geração de caixa da Companhia, além de captações via empréstimos.

A Companhia vem renegociando com os seus principais credores dos valores a pagar pela aquisição da CNA obtendo o reescalonamento de seu passivo, tendo em 30 de junho de 2025 parte significativa deste passivo renegociado em condições mais favoráveis em relação à dívida original. Essa estratégia financeira da Companhia, a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação, combinada com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração para o levantamento de capital adicional que podem inclusive considerar a renegociação e alongamento de dívidas já existentes, são medidas fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Os eventos e condições descritos acima indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver sucesso nas medidas descritas acima e, por consequência, condições de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos: (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis; e (ii) no cumprimento com certos passivos financeiros pelos valores reconhecidos em suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

EVENTO SUBSEQUENTE

Em julho de 2025, a Companhia contraiu um empréstimo de longo prazo (46 meses) no valor de R\$35 milhões junto ao Banco Pine, sendo realizado em duas liberações. A primeira liberação foi no montante de R\$20 milhões, na assinatura do contrato; e, a segunda, no valor R\$15 milhões, após o registro de alienação fiduciária da embarcação Yvan Barretto. Essa captação teve como propósito o aumento da disponibilidade de caixa.

Mercado de Capitais e Governança Corporativa

A MLog é uma companhia aberta, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho de Administração da Companhia, reeleito na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 30 de abril de 2025, é composto atualmente por quatro membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros desse Conselho: Luiz Claudio Souza Alves (Presidente do Conselho de Administração), Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda (Vice-presidente do Conselho de Administração), Álvaro Piquet e Otavio Paiva.

Ainda em 30 de abril de 2025, o Conselho de Administração da Companhia reelegeu a Diretoria para um mandato a se encerrar após a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. A atual Diretoria é composta por Antonio Frias Oliva Neto (Diretor Presidente, Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidor), Camila Pinto Barbosa de Oliveira (Diretora Jurídica e de Compliance) e Yury Gazen Dimas (Diretor de Controladoria).

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da B3 S.A., nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Auditores Independentes

Em atendimento à resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, a Companhia informa que o Conselho de Administração, em reunião realizada em 02 de julho de 2025, aprovou a contratação da Grant Thornton Auditores Independentes (“Grant Thornton”) para prestar os serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras da Companhia. Ressalta, ainda, que os auditores independentes supracitados não prestaram, desde a sua contratação, serviços não relacionados à auditoria externa.

Rio de Janeiro, 13 de Agosto de 2025.

A Administração

Relações com Investidores

Antonio Frias Oliva Neto

CEO/IR Officer

Contato

ri@mlog.com.br

Telefone: +55 21 3248 4800

www.ir.mlog.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Praia do Flamengo, 154 - 4^a andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MLog S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da MLog S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board (iasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota 2.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a qual descreve que estas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional. Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentava passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 45.165 mil (controladora) e R\$ 83.513 mil (consolidado), bem como prejuízos acumulados no montante de R\$ 467.064 mil (individual e consolidado). Esses eventos e condições, em conjunto com outros fatores descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota 2.2. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditória e revisão dos valores correspondentes ao exercício e períodos comparativos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outro auditor independente, cujos relatórios sobre a auditoria e revisão foram, respectivamente, emitidos em 28 de março de 2025 e 14 de agosto de 2024, sem modificações.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

MLog S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	
Circulante						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	1.186	13.236	19.826	
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	5	-	-	12.601	6.430	
Contas a receber de clientes	6	8.238	13.774	34.759	25.360	
Retenções contratuais de clientes	6	-	-	6.554	9.421	
Contas a receber com partes relacionadas	14	62	77	-	-	
Adiantamentos a fornecedores		2.838	2.847	17.501	18.654	
AFRMM para liberação	5	-	-	23.003	24.427	
Estoques		-	-	339	304	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	106	103	17.486	18.230	
Outros impostos a recuperar	7	-	-	1.799	2.526	
Despesas antecipadas		46	196	4.020	3.824	
Outros créditos		23	23	4.012	3.528	
Total do ativo circulante		11.329	18.206	135.310	132.530	
Não circulante						
Aplicação vinculada	4	-	-	6.858	5.769	
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	14	3.569	3.568	-	-	
Depósitos judiciais		15	15	306	345	
Partes relacionadas	13	48.322	49.483	2.727	2.403	
Bloqueios judiciais		54	54	54	54	
Retenções contratuais de clientes		-	-	3.391	1.941	
Outros impostos a recuperar	7	-	-	6.137	6.395	
Outras contas a receber		-	-	241	225	
Direitos na transação negocial	16	-	-	5	5	
Investimentos	8	970.570	949.430	-	-	
Imobilizado	9	111.559	122.772	287.658	291.505	
Direito de uso	10	-	-	-	3.602	
Intangível	11	25	47	846.257	844.945	
Total do ativo não circulante		1.134.114	1.125.369	1.153.634	1.157.189	
Total do ativo		1.145.443	1.143.575	1.288.944	1.289.719	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	15	490	782	45.396	59.759	
Empréstimos e financiamentos	16	21.390	11.130	58.511	49.963	
Salários e encargos sociais		381	1.113	21.555	21.967	
Arrendamentos a pagar	10	-	-	-	4.808	
Imposto de renda e contribuição social a recolher		442	986	5.036	3.551	
Outros impostos a recolher	12	13.507	11.211	45.888	37.460	
Tributos diferidos	13	533	434	533	434	
Provisões para contingências	20	15	319	19.158	18.592	
Obrigações na aquisição de investimentos	17	12.427	12.810	12.427	12.810	
Acordos judiciais a pagar		4.155	5.486	4.155	5.486	
Outras contas a pagar		3.154	8.928	6.164	4.258	
Total do passivo circulante		56.494	53.199	218.823	219.088	
Não circulante						
Fornecedores	15	-	-	241	225	
Empréstimos e financiamentos	16	88.610	106.943	126.027	126.547	
Arrendamentos a pagar	10	-	-	-	141	
Partes relacionadas	14	276.337	267.382	5.124	5.099	
Outros impostos a recolher	12	5.689	3.186	39.821	34.116	
Obrigações na transação negocial		708	708	-	-	
Adiantamentos diversos		-	-	736	736	
Tributos diferidos	13	3.727	3.933	3.727	3.933	
Provisão para passivo a descoberto	8	21.399	9.511	-	-	
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	5	-	-	205.534	201.215	
Obrigações na aquisição de investimentos	17	35.153	36.899	35.153	36.899	
Acordos judiciais a pagar		4.158	4.576	4.158	4.580	
Provisões para contingências	20	2.279	2.623	7.962	6.891	
Outras contas a pagar		613	564	8.371	8.626	
Total do passivo não circulante		438.673	436.325	436.854	429.008	
Patrimônio líquido						
Capital social	21	1.109.333	1.109.333	1.109.333	1.109.333	
Custos na captação de recursos		(36.464)	(36.464)	(36.464)	(36.464)	
Resultados abrangentes		5.662	5.662	5.662	5.662	
Transações de capital		38.809	38.809	38.809	38.809	
Prejuízos acumulados		(467.064)	(463.289)	(467.064)	(463.289)	
Atribuível à participação dos acionistas controladores		650.276	654.051	650.276	654.051	
Participação de acionistas não controladores		-	-	(17.009)	(12.428)	
Total do patrimônio líquido		650.276	654.051	633.267	641.623	
Total do passivo e patrimônio líquido		1.145.443	1.143.575	1.288.944	1.289.719	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações do resultado

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por ação que está expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Nota				
Receita líquida de prestação de serviços	22	23.141	15.856	117.498
Custos dos serviços prestados	22	(14.254)	(15.166)	(98.514)
Resultado bruto		8.887	690	18.984
Despesas operacionais				
Despesas com pessoal	23	(2.901)	(2.612)	(13.716)
Despesas com serviços prestados		(985)	(1.434)	(2.244)
Despesas gerais e administrativas		(635)	(589)	(3.636)
Depreciação e amortização		(26)	(43)	(118)
Despesas tributárias		(64)	(58)	(1.735)
Outras receitas (despesas) operacionais				
Equivalência patrimonial de sociedades	8	9.252	(1.235)	-
Subvenção de AFRMM	5	-	-	9.789
Outras receitas operacionais, líquidas	24	1.121	1.993	16.150
		5.762	(3.978)	4.490
Resultado operacional antes do resultado financeiro		14.649	(3.288)	23.474
				7.138
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	25	3.327	762	4.884
Despesas financeiras	26	(21.858)	(19.423)	(32.058)
		(18.531)	(18.661)	(27.174)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.882)	(21.949)	(3.700)
				(25.026)
Imposto de renda e contribuição social	13			
Correntes		-	-	(4.763)
Diferidos		107	237	107
Prejuízo do período		(3.775)	(21.712)	(8.356)
Prejuízo do período				
Acionistas controladores				(3.775)
Acionistas não controladores				(4.581)
				(8.356)
Prejuízo por ação básico e diluído – Em R\$	21	(1,64)	(9,41)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações do resultado

Período de três meses findo em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto pelo lucro (prejuízo) por ação que está expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Receita líquida de prestação de serviços	22	9.338	7.928	58.860	66.499
Custos dos serviços prestados	22	(7.126)	(7.587)	(48.714)	(62.372)
Resultado bruto		2.212	341	10.146	4.127
Despesas operacionais					
Despesas com pessoal	23	(1.416)	(1.423)	(7.073)	(7.046)
Despesas com serviços prestados		(474)	(701)	(1.276)	(1.775)
Despesas gerais e administrativas		(308)	(332)	(1.896)	(1.847)
Depreciação e amortização		(13)	(19)	(59)	(82)
Despesas tributárias		(46)	(43)	(1.383)	(389)
Outras receitas (despesas) operacionais					
Equivalência patrimonial de sociedades		12.418	(3.387)	-	-
Subvenção de AFRMM		-	-	4.648	4.942
Outras receitas operacionais, líquidas	24	342	238	15.889	299
		10.503	(5.667)	8.850	(5.898)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		12.715	(5.326)	18.996	(1.771)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	493	224	813	585
Despesas financeiras	26	(9.621)	(13.218)	(14.563)	(22.323)
		(9.128)	(12.994)	(13.750)	(21.738)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		3.587	(18.320)	5.246	(23.509)
Imposto de renda e contribuição social	13				
Correntes		-	-	(4.347)	(522)
Diferidos		158	214	158	214
Lucro líquido (prejuízo) do período		3.745	(18.106)	1.057	(23.817)
Lucro líquido (prejuízo) do período					
Acionistas controladores				3.745	(18.106)
Acionistas não controladores				(2.688)	(5.711)
				1.057	(23.817)
Lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído - R\$	21	1,62	(7,85)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Período findo em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Períodos de seis meses findos em 30 de junho

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Prejuízo do período	(3.775)	(21.712)	(8.356)	(26.465)
Resultado abrangente do período	<u><u>(3.775)</u></u>	<u><u>(21.712)</u></u>	<u><u>(8.356)</u></u>	<u><u>(26.465)</u></u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores			(3.775)	(21.712)
Acionistas não controladores			(4.581)	(4.753)
			<u><u>(8.356)</u></u>	<u><u>(26.465)</u></u>

Períodos de três meses findos em 30 de junho

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Lucro líquido (prejuízo) do período	3.745	(18.106)	1.057	(23.817)
Resultado abrangente do período	<u><u>3.745</u></u>	<u><u>(18.106)</u></u>	<u><u>1.057</u></u>	<u><u>(23.817)</u></u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores			3.745	(18.106)
Acionistas não controladores			(2.688)	(5.711)
			<u><u>1.057</u></u>	<u><u>(23.817)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Capital social	(-) Custo na captação de recursos	Ações em tesouraria	Transações de capital	Prejuízos acumulados	Resultados abrangentes	Controladora	Participações de acionistas não controladores	Consolidado
Nota	21	21		21		21			
Em 31 de dezembro de 2023	1.239.729	(36.464)	(128.051)	-	(429.519)	5.662	687.821	(5.128)	682.693
Redução de capital por caducidade de ações	(166.860)	-	128.051	38.809	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-			(21.712)	-	(21.712)	(4.753)	(26.465)
Em 30 de junho de 2024	1.072.869	(36.464)		38.809	(451.231)	5.662	666.109	(9.881)	656.228
Em 31 de dezembro de 2024	1.109.333	(36.464)	-	38.809	(463.289)	5.662	654.051	(12.428)	641.623
Prejuízo do período	-	-	-	-	(3.775)	-	(3.775)	(4.581)	(8.356)
Em 30 de junho de 2025	1.109.333	(36.464)	-	38.809	(467.064)	5.662	650.276	(17.009)	633.267

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(3.775)	(21.712)	(8.356)	(26.465)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	9 e 11	14.280	15.209	20.672
Amortização de embarcações afretadas	22	-	-	1.849
Juros sobre embarcações afretadas	10	-	-	138
Baixa de embarcação afretadas	9	-	-	1.726
Baixa de imobilizado e intangível	9 e 10	-	1.113	1.799
Receita de subvenção de AFRMM	5	-	-	(9.789)
Provisão de custo e despesas operacionais	-	-	-	(8.087)
Juros passivos	16 e 17	14.938	4.037	18.762
Juros com partes relacionadas	13	1.010	3.057	(244)
Variação cambial	25 e 26	106	10.238	(918)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(9.252)	1.235	-
Remissão de dívida	17	(391)	(19)	(391)
Tributos e contribuições diferidos	-	(107)	(237)	(107)
	16.809	12.921	17.054	7.426
Variações nos ativos e passivos				
Outras contas a receber	-	-	(16)	(16)
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar e retenções contratuais de clientes	-	(3)	(3)	3.145
Estoques	-	-	(35)	68
Despesas antecipadas	-	150	177	(196)
Outros créditos	-	-	(6)	(484)
Contas a receber de clientes	-	5.536	3.981	(13.049)
Adiantamentos à fornecedores	-	9	(6)	1.153
AFRMM (ativo e passivo líquido)	-	-	-	9.361
Depósitos judiciais	-	-	-	39
Contas a receber com partes relacionadas	-	15	55	-
Fornecedores	-	(292)	(387)	(8.611)
Salários e encargos sociais	-	(7)	153	865
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	-	3.527	2.436	14.343
Acordos judiciais a pagar	-	(1.749)	(2.377)	(1.753)
Outras contas a pagar	-	(5.764)	744	1.133
Provisões para contingências trabalhistas e operacionais	-	(647)	(1.194)	1.255
	775	3.573	7.150	23.983
Caixa e equivalentes de caixa líquidos antes do pagamento de juros e impostos pagos				
Juros pagos	16	17.584	16.494	24.204
		(12.193)	-	(17.055)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais				
		5.391	16.494	7.149
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(2)	(17)	-
Venda de imobilizado	24	-	-	4.996
Aquisições de imobilizado	9	(3.045)	(356)	(18.575)
Aquisição de intangível	11 e 29	-	-	(1.851)
		(3.047)	(373)	(15.430)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos utilizados nas atividades de investimentos				
		(3.047)	(373)	(13.208)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	16	(7.656)	(17.267)	(56.260)
Amortização da dívida na aquisição de investimentos	17	(4.440)	(6.508)	(4.440)
Partes relacionadas, líquidas	-	8.582	7.655	-
Aplicação vinculada	-	-	-	(1.089)
Recursos provenientes de novos empréstimos	16	-	-	64.699
Arrendamentos pagos	10	-	-	(1.219)
		(3.514)	(16.120)	1.691
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos				
		(3.514)	(16.120)	1.691
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		(1.170)	1	(6.590)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		1.186	11	19.826
		16	12	13.236
				3.357

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

MLog S.A.
Demonstrações dos valores adicionados
Períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Receitas					
Receita de contrato com cliente	22	25.500	17.472	139.604	153.912
Outras receitas	5 e 24	1.121	1.993	25.939	17.116
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(39.068)	(50.837)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.440)	(1.833)	(5.331)	(5.818)
Valor adicionado bruto					
Depreciação e amortização		(14.280)	(15.209)	(22.519)	(27.882)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade					
		10.901	2.423	98.625	86.491
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	8	9.252	(1.235)	-	-
Receitas financeiras	25	3.327	762	4.884	1.109
Valor adicionado total a distribuir					
		23.480	1.950	103.509	87.600
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		2.148	1.726	26.619	25.390
Benefícios		411	484	16.403	20.988
FGTS		51	30	2.842	2.919
		2.610	2.240	45.864	49.297
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		2.599	1.796	29.189	26.655
Estaduais		-	-	3.920	3.670
Municipais		8	13	276	669
		2.607	1.809	33.385	30.994
Remuneração de capital de terceiros					
Juros	24	21.858	19.423	32.058	33.273
Aluguéis		180	190	558	501
		22.038	19.613	32.616	33.774
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízo do período		(3.775)	(21.712)	(3.775)	(21.712)
Participação dos não controladores		-	-	(4.581)	(4.753)
		23.480	1.950	103.509	87.600

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2025 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A MLog S.A. (“Companhia”), com sede em Rua Lauro Müller 116, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A. (“MOPI”), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”), Dutovias do Brasil S.A. (“Dutovias”), Companhia de Navegação da Amazônia - CNA (“CNA”) e da Nova Sociedade de Navegação S.A. (“NSN” ou “Columbus”). A MLog possui também participação de 50% na Asgaard Bourbon Navegação S.A. (“ABN”).

A subsidiária CDNC não é operacional, sendo proprietária de um terreno no município de Linhares, no Espírito Santo. As subsidiárias MOPI e Dutovias, atuam nos segmentos de mineração. As subsidiárias ABN e CNA atuam no segmento de navegação, por meio de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria de óleo e gás, caso da ABN, enquanto a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis).

Navegação

A ABN é operadora da embarcação OSRV (*Oil Spill Recovery Vessel*) Asgaard Sophia (“Sophia”), e das embarcações tipo AHTS (*Anchor Handling Tug Supply Vessel*) Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barreto. Atualmente esta frota encontra-se toda contratada pela Petrobras, tendo o Asgaard Sophia iniciado, em dezembro de 2024, a operação de seu contrato renovado. Já os AHTS Yvan Barreto e Geonísio Barroso encerram contratos atuais ao longo de 2025, tendo novos contratos já assinados para subsequente operação, enquanto o AHTS Haroldo Ramos cumpre seu contrato de 48 meses iniciado em setembro de 2023.

Entre os meses de maio e junho de 2024, o AHTS Geonísio Barroso realizou docagem para renovação de classe, requerida para a continuidade de sua prestação de serviços. Em dezembro de 2024, deu-se início a Docagem Especial (5 anos) programada do AHTS Yvan Barreto. O período de docagem teve duração aproximada de 30 dias.

Em 2022 foi instituído procedimento arbitral sigiloso instaurado pela ABN em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente, tendo em vista a impossibilidade de acordo com a Petrobras. Esse procedimento arbitral teve sua decisão proferida em 19 de janeiro de 2024, em desfavor da Companhia, e, no momento de emissão destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, há em andamento embargos de declaração contestando a decisão. O valor encontra-se registrado conforme nota explicativa nº 19.

Abaixo demonstrativo das embarcações em 30 de junho de 2025:

Embarcações	Arrendador/proprietário	Arrendatário
Asgaard Sophia	Companhia de Navegação da Amazônia	Asgaard Bourbon Navegação S.A.
Yvan Barreto	MLog S.A.	Asgaard Bourbon Navegação S.A.
Geonísio Barroso	MLog S.A.	Asgaard Bourbon Navegação S.A.
Haroldo Ramos	MLog S.A.	Asgaard Bourbon Navegação S.A.

A lista acima, de data-base 30 de junho de 2025, não inclui mais a embarcação WSSV Stim Star Arabian Gulf, que finalizou seu contrato em 6 de setembro de 2024. A Companhia optou por não participar do certame de recontratação desta embarcação junto a Petrobrás, de forma que no encerramento de seu contrato a embarcação foi devolvida, sua tripulação em parte desmobilizada e os trâmites de encerramento do contrato com a proprietária da embarcação estão em andamento em 30 de junho de 2025. Cabe ressaltar que esta embarcação era a única da frota da ABN que era afretada por terceiro fora do grupo financeiro da MLog.

A CNA opera no transporte de cabotagem de interior de óleo, combustíveis e derivados de petróleo na região Norte do país. Adquirida em 2016, a CNA vem implementando seu plano de negócios, que inclui a busca por oportunidades de crescimento de suas atividades e atividades complementares, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país.

Em março de 2024, a CNA iniciou uma nova linha de negócios, o Bunkering – que consiste na disponibilização de ativos com capacidade de armazenamento de combustível em área abrigada e que abastecem embarcações sem que estas precisem navegar até a costa. A CNA afretá os ativos para que seu cliente disponibilize combustível às embarcações, sendo a operação de abastecimento também a cargo da CNA. Em junho de 2025 o contrato foi encerrado.

Mineração

Quanto ao Projeto de extração de minério de ferro denominado “Morro do Pilar”, a Companhia efetuou os estudos e cumpriu as condicionantes da Licença Prévia (“LP”) necessárias para o protocolo do pedido de Licença de Instalação (“LI”), tendo oficializado o pedido da LI junto aos órgãos governamentais no terceiro trimestre de 2019, conforme Nota Explicativa nº 18. A Companhia vem realizando esforços para captação dos recursos necessários ao desenvolvimento do projeto.

Criação de Sociedade em Conta de Participação (SCP)

Em 2 de janeiro de 2023, foi criada uma sociedade em conta de participação entre a MLog (sócia ostensiva com participação de 99,9% no capital) e sua controlada NSN (sócia participante com participação de 0,1% no capital). Esta SCP tem como objetivo reunir ativos e passivos de navegação, sendo regida por um instrumento particular assinado entre as partes na data de 2 de janeiro de 2023 (Instrumento Particular de Constituição da Sociedade em Conta de Participação).

A SCP é composta de ativos e passivos aportados pelo sócio ostensivo, a MLog S.A., no montante líquido de R\$ 5.000, sendo estes:

- 37.999 ações de emissão da Asgaard Bourbon Navegação S.A., que correspondem a 50% do capital social desta empresa;
- 2.868 ações de emissão da Companhia de Navegação da Amazônia, que correspondem à totalidade de seu capital social;
- Embarcações do tipo AHTS denominadas Yvan Barreto, Geonísio Barroso e Haroldo Ramos;
- Dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, oriunda da aquisição dos três barcos tipo AHTS supracitados;
- Dívida originada com a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia; e
- Dívidas com partes relacionadas.

Os ativos e passivos descritos acima foram aportados na SCP pelo seu valor contábil, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2.1.(d). A sócia participante, NSN, aportou caixa no montante de R\$ 5.

O objetivo desta SCP é a organização da vertical de navegação (apoio *offshore* e navegação interior) do Grupo, reunindo de forma consolidada seus ativos, passivos e consequentemente o resultado produzido por estes.

A SCP serve de veículo transitório para os ativos e passivos que, por questões regulatórias, estejam impedidos de transferência imediata para a NSN, a qual será realizada na data em que a última dívida que detinha ativos componentes da SCP em garantia seja extinta, liberando todos os ativos originalmente aportados na SCP para serem transferidos para a NSN, deixando a SCP de ter propósito.

A SCP não tem personalidade jurídica e suas operações serão exercidas exclusivamente pela Companhia, inclusive a sua representação ativa e passiva, com plenos poderes de representação perante terceiros.

A distribuição dos resultados desta SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% para a sócia participante e 1% para a sócia ostensiva. Esta proporção inversa de distribuição do resultado em relação ao capital aportado ocorre por dois motivos:

- 1) Como a NSN foi criada com o propósito de concentrar as atividades de navegação do Grupo, a atribuição de 99% do resultado da SCP traduz a dinâmica de agregar o resultado da vertical de navegação (apoio *offshore* e interior) nessa controlada; e
- 2) A MLog (sócia ostensiva) é controladora única da SCP, mesmo de forma indireta, dado que detém 99,9% de forma direta e controla a NSN detentora dos restantes 0,1%. Desta forma, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins de informação consolidada da Companhia.

A Administração da Companhia já solicitou algumas das anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos, no entanto, até o momento, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes sem qualquer resposta definitiva.

Até que as supracitadas anuências sejam emitidas, a NSN – subsidiária da MLog – possui apenas uma embarcação de apoio de pequeno porte em seu rol de ativos em operação que está afretada à ABN.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*)), assim como com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e as transações relevantes ocorridas no período e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, divulgadas em 28 de março de 2025.

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

A Administração da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração, autorizou a divulgação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de agosto de 2025.

a. Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado (DVA)". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

2.1 Base de consolidação e investimentos societários

a. Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas, que incluem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas (“Grupo”), foram elaboradas utilizando a mesma data-base e práticas contábeis consistentes, sendo que, quando necessário, ajustes são efetuados nas informações contábeis dessas investidas para garantir a conformidade com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas são eliminados integralmente nas informações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

Investimentos	Participação 30/06/2025	Participação 31/12/2024
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	100%
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	100%
Dutovias do Brasil S.A.	100%	100%
Cia de Navegação do Amazonas	100%	100%
Nova Sociedade de Navegação S.A.	100%	100%
Asgaard Bourbon Navegação S.A.	50%	50%

b. Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora, as informações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

c. Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre práticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas práticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

d. Operações com Sociedade em Conta de Participação (SCP)

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1, a SCP constituída em janeiro de 2023 não tem personalidade jurídica, sendo que as suas operações são efetuadas pela Companhia (sócia ostensiva), em seu próprio nome e sob sua responsabilidade, inclusive a representação ativa e passiva da SCP, com plenos poderes de representação perante terceiros. A propriedade e o controle dos ativos da SCP, bem como a responsabilidade pelos seus passivos, continuam com a Companhia.

Não havendo prática contábil específica prevista nas normas contábeis adotadas no Brasil ou nas IFRS para as operações com Sociedades em Conta de Participação, a Administração da Companhia, em linha com as orientações do CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, exerceu o seu melhor julgamento na aplicação de uma prática contábil que pudesse representar de forma fidedigna os objetivos das operações com a SCP.

Portanto, as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia compreendem a totalidade dos ativos, passivos, receitas e despesas, tanto das operações da SCP quanto aquelas exclusivas da própria Companhia, eliminando-se as transações entre a Companhia e a SCP, de forma similar ao processo de consolidação de informações contábeis. Não há segregação da parcela atribuída à sócia participante (0,1%), uma vez que se trata de uma controlada integral da Companhia.

Informações contábeis da SCP

Balanço Patrimonial
Em milhares de R\$

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	5
Contas a receber de clientes	5.070	10.606
Total do ativo circulante	<u>5.075</u>	<u>10.611</u>
Não Circulante		
Partes relacionadas	6.818	-
Investimentos	193.377	169.732
Imobilizado	111.438	122.649
Total do ativo não circulante	<u>311.633</u>	<u>292.381</u>
Total do ativo	<u>316.708</u>	<u>302.992</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	8.074
Outros impostos a recolher	11.065	9.137
Obrigações na aquisição de investimentos	12.427	12.810
Outras contas a pagar	3.047	8.454
Total do passivo circulante	<u>26.539</u>	<u>38.475</u>
Não circulante		
Partes relacionadas	209.087	208.816
Obrigações na aquisição de investimentos	35.153	36.899
Provisões para passivo a descoberto	10.420	5.839
Total do passivo não circulante	<u>254.660</u>	<u>251.554</u>

Patrimônio líquido		
Capital social	5.005	5.005
Lucros acumulados	30.504	7.958
Total do patrimônio líquido	35.509	12.963
Total do passivo e patrimônio líquido	316.708	302.992

Demonstrações do resultado

Em milhares de R\$

	30/06/2025	31/12/2024
Receita líquida de prestação de serviços	23.141	15.856
Custos dos serviços prestados	(14.255)	(15.166)
Resultado bruto	8.886	690
 Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(100)	(137)
Tributárias	(4)	(12)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	19.064	4.113
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	391	4
	19.351	3.968
 Resultado operacional antes do resultado financeiro	28.237	4.658
 Resultado financeiro		
Receitas financeiras	2.717	394
Despesas financeiras	(8.410)	(9.972)
	(5.693)	(9.578)
 Lucro (prejuízo) do período	22.544	(4.920)

2.2

Continuidade operacional

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguiram cumprir suas obrigações de pagamentos, principalmente daqueles decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos, conforme descritas nas Notas Explicativas nº 15 e nº 16, respectivamente.

Os balanços patrimoniais da controladora e do consolidado em 30 de junho de 2025 refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 45.165 e R\$ 83.513, respectivamente (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 34.993 na controladora e de R\$ 86.558 no consolidado, respectivamente). Adicionalmente, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2025 refletem prejuízos acumulados de R\$ 467.064 (R\$ 463.289 em 31 de dezembro de 2024).

Essa situação de liquidez e prejuízos acumulados é reflexo de parte significativa dos ativos da Companhia estar em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, além de compromissos de curto prazo relacionados aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos), do pagamento gradual de fornecedores proveniente de docagens recentes como o AHTS Haroldo Ramos em 2023 e o AHTS Geônio Barroso em 2024, e ainda da mobilização para a docagem do AHTS Yvan Barreto realizada no quarto trimestre de 2024, eventos estes realizados mediante geração de caixa da Companhia, com pontuais contratações de empréstimos de curto prazo que não perfazem o montante investido nestes eventos citados e que têm sido frequentemente reestruturados em dívidas de longo prazo.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16, a Companhia vem renegociando com os seus principais credores os valores a pagar pela aquisição da CNA, obtendo o reescalonamento de seu passivo, tendo em 30 de junho de 2025 parte significativa deste passivo renegociado em condições mais favoráveis em relação à dívida original. Essa estratégia financeira da Companhia, a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação, combinada com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração para o levantamento de capital adicional que podem, inclusive, considerar a renegociação e alongamento de dívidas já existentes, são medidas fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Em junho de 2025, uma parte da dívida não negociada foi considerada judicialmente extinta por caducidade, conforme posicionamento de assessores legais da Companhia, com base no Código Civil brasileiro, podendo ser cobrada apenas mediante judicialização. Tal conclusão embasa a baixa desta parcela de passivo pela Companhia, no montante de R\$ 1.902, que foi reconhecida como um ganho no resultado do período de 2025 (Notas Explicativas nº 16 e nº 28). Ao longo dos próximos períodos, os demais valores poderão ser baixados na mesma dinâmica, à medida que se considerem legalmente extintos.

Esses eventos e condições descritas acima indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver sucesso nas medidas descritas acima e, por consequência, condições de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos: (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis; e (ii) no cumprimento de certos passivos financeiros pelos valores reconhecidos em suas informações intermediárias contábeis individuais e consolidadas.

2.3

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Lei Complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo Presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

3 Políticas contábeis materiais

3.1 Normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

As novas normas e interpretações de normas que são efetivas para o período iniciado em 1º de janeiro de 2025 não tiveram impacto nas informações contábeis intermediárias da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas já emitidas e que ainda não estejam em vigor gerem impacto material nas informações contábeis intermediárias de períodos subsequentes.

Normas e emendas às normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IFRS 18	Novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1), IFRS 7 (CPC 40 (R1), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que podem afetar a aplicação de políticas contábeis materiais e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como nas notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas adotadas pela Administração.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são os mesmos adotados no fechamento anual de 31 de dezembro de 2024 e foram divulgados na Nota Explicativa nº 3 daquelas demonstrações contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa (circulante) e aplicação vinculada (não circulante)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Caixa	11	13	36	13
Conta corrente	5	1.173	8.151	7.463
Aplicações financeiras	-	-	5.049	12.350
Circulante (*)	16	1.186	13.236	19.826

(*) Considerado como caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 referem-se a recursos disponíveis mantidos em caixa e equivalentes de caixa, aplicados em CDBs de instituições de primeira linha com liquidez diária e rendimentos de ao menos 100% do CDI. No período a aplicação rendeu 11,5%, sendo que um resgate foi realizado no mês de janeiro.

4.2 Aplicação vinculada (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Aplicação vinculada (**)	-	-	6.858	5.769
Não Circulante	-	-	6.858	5.769

(**) Vinculada a garantias de empréstimos (Nota Explicativa nº 15).

5 Adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)

Os quadros abaixo apresentam nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e de 2024 as movimentações das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado.

	Contas do Ativo			Conta do Passivo
	Circulante		Não circulante	Não circulante
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada ²	AFRMM para liberação ¹	AFRMM para liberação ¹	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM ³
Saldo em 31/12/2024	6.430	24.427	-	201.215
AFRMM gerado	-	-	13.911	13.858
Depósitos em conta vinculada	15.262	(15.262)	-	-
Jumborização capitalizada *	(3.440)	-	-	-
Rendimentos da conta vinculada	250	-	-	250
Ressarcimento reparos	(5.761)	-	-	-
Comissão BNDES 1% e Imposto de Renda	(140)	-	-	(140)
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(9.649)
Outros (segregação estorno)	-	13.838	(13.911)	-
Saldo em 30/06/2025	12.601	23.003	-	205.534

*Ressarcimento para a construção de novas embarcações

1. **AFRMM para liberação:** Refere-se aos valores provenientes da arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que se encontram em processo de análise pela Receita Federal do Brasil. Após a conclusão dessa análise, os respectivos créditos serão liberados para a conta vinculada mantida no Banco do Brasil.
2. **AFRMM depositado em conta vinculada:** São recursos financeiros já creditados na conta vinculada do Banco do Brasil, destinados exclusivamente à aquisição, construção, manutenção ou amortização de financiamentos de embarcações. A aplicação desses recursos está condicionada à aprovação prévia dos projetos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
3. **Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM:** Corresponde aos valores efetivamente aplicados na aquisição, construção, manutenção ou pagamento de parcelas de financiamento de embarcações. Esses recursos são reconhecidos contabilmente como receita de subvenção, apropriada ao resultado de forma sistemática ao longo da vida útil dos ativos financiados.

	Contas do Ativo			Conta do Passivo
	Circulante		Não circulante	Não circulante
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM
Saldo em 31/12/2023	7.875	20.370	-	199.038
AFRMM gerado	-	-	12.531	12.531
Depósitos em conta vinculada	7.105	(7.105)	-	-
Diferença de processos recebidos	167	(167)	-	-
Rendimentos da conta vinculada	172	-	-	36
Ressarcimento reparos	(7.163)	-	-	-
Comissão BNDES 1% e Imposto de Renda	(129)	-	-	-
Reconhecimento no resultado	(1.459)	-	-	(14.591)
Transferência para longo prazo	-	12.531	(12.531)	-
Saldo em 30/06/2024	6.568	25.629	-	197.014

6 Contas a receber de clientes

Em 30 de junho de 2025, no consolidado, os valores de R\$ 9.367 e R\$ 17.280 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 8.838 e R\$ 14.172) referem-se aos negócios regulares das controladas CNA e ABN, respectivamente. Em 30 de junho de 2025, as suas operações contavam com quatro embarcações, totalizando uma frota de quatro embarcações ativas. O saldo consolidado inclui também a MLog no montante de R\$ 3.168 (R\$ 3.168 em 31 de dezembro de 2024) com terceiros na controladora e valor de R\$ 5.070 (R\$ 10.606 em 31 de dezembro de 2024) entre grupos, que é eliminado para fins de consolidação.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	8.238	13.774	34.885	25.486
Perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(126)	(126)
	8.238	13.774	34.759	25.360

A perda esperada 100% dos valores que estão ajuizados referentes a clientes antigos quando a Companhia não adotava práticas de apenas negociar com clientes que possuíam capacidade de crédito e garantias suficientes para mitigar o risco de crédito.

Na MLog, 100% da receita é intragrupo e não há histórico de perdas. Na ABN, a receita é registrada conforme boletins de medição dos clientes, desta forma a perda histórica de receita nestes casos é insignificante. Na controlada CNA o histórico de perda é baixo, com exceções pontuais sem seguir padrões métricos, tendo sido o último caso ocorrido em 2020.

Os valores de contas a receber de clientes têm o seguinte prazo de recebimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Valores a vencer	8.238	13.774	33.629	24.235
Valores vencidos:				
Até 30 dias	-	-	741	1.125
De 91 a 180 dias	-	-	389	-
Acima de 360 dias	-	-	126	126
	<u>8.238</u>	<u>13.774</u>	<u>34.885</u>	<u>25.486</u>

Retenções contratuais

Os saldos de retenções contratuais, nos valores de R\$ 6.554 e R\$ 9.421, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, no consolidado, referem-se a um percentual retido pelo cliente para fins de garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas em caso de inadimplemento por parte da Companhia. Esses valores serão recebidos pela Companhia ao fim de cada contrato mediante comprovações realizadas. Historicamente a totalidade dos valores retidos é recebida.

7 Imposto de renda e contribuição social e outros impostos a recuperar

IRPJ e CSLL a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Circulante				
Retidos na fonte				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	-	-	181	-
Imposto de renda sobre serviços prestados	-	-	13.947	15.627
CSLL sobre serviços prestados	-	-	2.821	2.110
Créditos				
IRPJ e CSLL a recuperar	106	103	537	493
	<u>106</u>	<u>103</u>	<u>537</u>	<u>493</u>
			<u>17.486</u>	<u>18.230</u>

Outros impostos a recuperar

	Circulante	Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024
Retidos na fonte			
PIS e COFINS sobre serviços prestados	1.367	1.676	
INSS sobre serviços prestados	-	768	
Créditos			
Outros	432	82	
	1.799	2.526	
Não circulante			
Pedido de restituição			
PIS e COFINS	5.108	5.108	
Créditos			
PIS e COFINS sobre insumos	1.029	1.287	
	6.137	6.395	

Os valores registrados no ativo não circulante referem-se à restituição de tributos recolhidos a maior em importação em regime de admissão temporária de embarcação estrangeira, cujo valor, quando recebido, deverá ser repassado ao cliente tomador do serviço. A obrigação com o cliente está registrada na rubrica “outros passivos não circulantes”.

8 Investimentos

A movimentação dos investimentos da controladora no período foi da seguinte forma:

Investimentos	31/12/2024	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	30/06/2025
Ativo não circulante				
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	31.038	(2)	-	31.036
Morro do Pilar Minerais S.A.	748.663	(2.503)	-	746.160
Companhia de Navegação da Amazônia ³	169.729	23.645	-	193.374
Saldo do investimento	949.430	21.140	-	970.570
Passivo não circulante				
Asgaard Bourbon Navegação S.A. ²	(5.839)	-	(4.581)	(10.420)
Nova Sociedade de Navegação S.A.	(2.023)	(7.306)	-	(9.329)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.649)	(1)	-	(1.650)
Saldo da provisão para passivo a descoberto ¹	(9.511)	(7.307)	(4.581)	(21.399)
	939.919	13.833	(4.581)	949.171

¹ O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato de a Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas Dutovias, NSN e ABN.

² A diferença entre o valor do resultado da ABN, além da participação de 50% no valor de (R\$ 4.581), existe a equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de (R\$ 3.418).

³ A diferença entre o valor do resultado da CNA, é equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de R\$ 7, e realização da mais valia quando da aquisição no valor de (R\$ 784).

As informações contábeis intermediárias das controladas estão resumidas a seguir:

BP - 30/06/2025

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Ativo circulante	1.910	128	1	68.090	56.848	5.298
Ativo não circulante	309.708	31.046	-	231.341	332.250	36.680
Total do ativo	311.618	31.174	1	299.431	389.098	41.978
Passivo circulante	1.501	62	1.646	140.389	46.457	16.545
Passivo não circulante	55.385	75	4	197.588	233.181	34.765
	56.886	137	1.650	337.977	279.638	51.310
Patrimônio líquido	254.732	31.037	(1.649)	(38.546)	109.460	(9.332)
Total do passivo e patrimônio líquido	311.618	31.174	1	299.431	389.098	41.978

DRE - 30/06/2025

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Resultado bruto	-	-	-	4.433	8.880	25
Receitas (despesas) operacionais	(2.219)	(2)	(1)	(8.397)	23.335	(4.736)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(2.219)	(2)	(1)	(3.964)	32.215	(4.711)
Resultado financeiro	(284)	-	-	(8.616)	(3.030)	(2.595)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.503)	(2)	(1)	(12.580)	29.185	(7.306)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(4.763)	-
Lucro (prejuízo) do período	(2.503)	(2)	(1)	(12.580)	24.422	(7.306)

DFC 30/06/2025

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de operacionais	(296)	(2)	-	14.161	44.279	(7.722)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(1.851)	-	-	(10.012)	(5.517)	-
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	130	2	-	(5.856)	(33.153)	417
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.017)	-	-	(1.707)	5.609	(7.305)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.871	-	-	2.152	261	12.356
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.854	-	-	445	5.870	5.051

Para fins de comparação, apresentamos abaixo a movimentação dos investimentos no mesmo período findo em 30 de junho de 2024:

Investimentos	31/12/2023	Transferência	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	Aumento de capital	30/06/2024
Ativo não circulante						
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	31.106	-	(42)	-	-	31.064
Morro do Pilar Minerais S.A.	751.245	-	(1.185)	-	-	750.060
Asgaard Bourbon Navegação S.A.	1.461	(1.461)	-	-	-	-
Nova Sociedade de Navegação S.A.	-	(3.591)	(4.117)	-	12.006	4.298
Companhia de Navegação da Amazônia ³	148.289	-	8.863	-	-	157.152
Saldo do investimento	932.101	(5.052)	3.519	-	12.006	942.574
Passivo não circulante						
Nova Sociedade de Navegação S.A.	(3.591)	3.591	-	-	-	-
Asgaard Bourbon Navegação S.A. ²	-	1.461	-	(4.753)	-	(3.292)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.644)	-	(1)	-	-	(1.645)
Saldo da provisão para passivo a descoberto ¹	(5.235)	5.052	(1)	(4.753)	-	(4.937)
	926.866	-	3.518	(4.753)	12.006	937.637

¹ O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato de a Companhia ser solidária às dívidas da sua controlada Dutovias e NSN.

² A diferença entre o valor do resultado da ABN, além da participação de 50% no valor de (R\$ 4.753) existe a equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de R\$ 1.923.

³ A diferença entre o valor do resultado da CNA, é equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de R\$ 15 e realização da mais valia quando da aquisição no valor de (R\$ 784).

As informações contábeis resumidas a seguir:

BP - 31/12/2024

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Ativo circulante	3.926	129	-	72.095	45.134	12.489
Ativo não circulante	316.006	31.046	-	134.646	286.315	37.995
Total do ativo	319.932	31.175	-	206.741	331.449	50.484
Passivo circulante	1.443	64	1.645	162.027	36.507	11.687
Passivo não circulante	61.251	73	4	70.679	209.934	40.822
	62.694	137	1.649	232.706	246.441	52.509
Patrimônio líquido	257.238	31.038	(1.649)	(25.965)	85.008	(2.025)
Total do passivo e patrimônio líquido	319.932	31.175	-	206.741	331.449	50.484

DRE - 30/06/2024

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Resultado bruto	-	-	-	13.419	956	-
Receitas (despesas) operacionais	(717)	(39)	(1)	(7.652)	12.063	(3.914)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>(717)</u>	<u>(39)</u>	<u>(1)</u>	<u>5.767</u>	<u>13.019</u>	<u>(3.914)</u>
Resultado financeiro	(468)	(3)	-	(13.350)	(1.711)	(203)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(1.185)</u>	<u>(42)</u>	<u>(1)</u>	<u>(7.583)</u>	<u>11.308</u>	<u>(4.117)</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(1.676)	-
Lucro (prejuízo) do período antes da equivalência patrimonial complementar	<u>(1.185)</u>	<u>(42)</u>	<u>(1)</u>	<u>(7.583)</u>	<u>9.632</u>	<u>(4.117)</u>
Equivalência patrimonial complementar	-	-	-	(1.923)	(769)	-
Não controladores	-	-	-	<u>4.753</u>	-	-
Lucro (prejuízo) do período	<u>(1.185)</u>	<u>(42)</u>	<u>(1)</u>	<u>(4.753)</u>	<u>8.863</u>	<u>(4.117)</u>

DFC 30/06/2024

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de operacionais	(588)	(15)	(2)	36.214	4.735	(7.860)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(1.228)	-	-	(9.660)	(851)	(1.113)
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	2.128	15	2	(26.528)	(3.508)	8.902
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>312</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>376</u>	<u>(71)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>1.543</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>1.072</u>	<u>72</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>1.855</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41</u>	<u>1.448</u>	<u>1</u>

Conforme disposto no acordo de aquisição das ações firmado entre a CNA, a Bourbon Offshore Marítima (“BOM”) e a Bourbon Marine & Logistics (“BML”), acionista detentor de 80% de participação acionária da BOM, a CNA e seus controladores não são ou serão responsáveis por qualquer dano, contingência, obrigação ou responsabilidade da BML e/ou suas afiliadas antes ou após 06 de janeiro de 2020 (data de assinatura do acordo de acionistas), independentemente do conhecimento da BML.

9 Imobilizado

Controladora

Custo de aquisição		31/12/2024	Adições	30/06/2025
Imobilização em andamento		7.761	3.045	10.806
Embarcações		187.125	-	187.125
Móveis e utensílios		912	-	912
Equipamentos de informática		615	-	615
Equipamentos de comunicação		152	-	152
Obras de arte		97	-	97
Benfeitorias em bens de terceiros		115	-	115
		196.777	3.045	199.822
Depreciação acumulada	Taxa			
Embarcações	7%	(72.239)	(14.255)	(86.494)
Móveis e utensílios	10%	(887)	(2)	(889)
Equipamentos de informática	20%	(612)	(1)	(613)
Equipamentos de comunicação	20%	(152)	-	(152)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(115)	-	(115)
		(74.005)	(14.258)	(88.263)
Imobilizado, líquido		122.772	(11.213)	111.559

O valor de R\$ 3.045, informado nas adições de “Imobilização em andamento”, refere-se à embarcação Yvan Barreto que se encontra em docagem.

Custo de aquisição		31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	30/06/2024
Imobilização em andamento		-	356	(356)	-	-
Embarcações		173.496	-	356	(1.460)	172.392
Móveis e utensílios		910	-	-		910
Equipamentos de informática		613	-	-		613
Equipamentos de comunicação		152	-	-		152
Obras de arte		97	-	-		97
Benfeitorias em bens de terceiros		115	-	-		115
		175.383	356	-	(1.460)	174.279
Depreciação acumulada	Taxa					
Embarcações	7%	(41.640)	(15.166)	-	347	(56.459)
Móveis e utensílios	10%	(860)	(19)	-	-	(879)
Equipamentos de informática	20%	(609)	(2)	-	-	(611)
Equipamentos de comunicação	20%	(152)	-	-	-	(152)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(115)	-	-	-	(115)
		(43.376)	(15.187)	-	347	(58.216)
Imobilizado, líquido		132.007	(14.831)	-	(1.113)	116.063

Consolidado

Custo de aquisição	31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	30/06/2025
Imobilização em andamento	19.293	8.063	(4.902)	-	22.454
Obras de arte	97	-	-	-	97
Terrenos	30.480	-	-	-	30.480
Imóveis	1.645	-	-	-	1.645
Edificações	318	-	-	-	318
Máquinas e equipamentos	5.482	19	-	(217)	5.284
Móveis e utensílios	1.682	-	-	-	1.682
Equipamentos de informática	1.054	-	-	(3)	1.051
Equipamentos de comunicação	1.003	12	-	(144)	871
Embarcações	442.338	469	4.902	(18.224)	429.485
Veículos	619	-	-	-	619
Benfeitorias em bens de terceiros	7.872	10.012	-	-	17.884
	511.883	18.575	-	(18.588)	511.870
Depreciação acumulada	Taxa				
Edificações	4%	(155)	(6)	-	-
Máquinas e equipamentos	10%	(4.730)	(134)	-	120
Móveis e utensílios	10%	(1.488)	(15)	-	65
Equipamentos de informática	20%	(868)	(5)	-	3
Equipamentos de comunicação	20%	(913)	(29)	-	130
Embarcações	5% a 7%	(207.346)	(19.527)	-	16.498
Veículos	20%	(619)	-	-	(619)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(4.259)	(934)	-	(5.193)
	(220.378)	(20.650)	-	16.816	(224.212)
Imobilizado, líquido	291.505	(2.075)	-	(1.772)	287.658

Das adições totais de R\$ 8.063, em “Imobilização em andamento”, R\$ 3.045 refere-se à embarcação Yvan Barreto que se encontra em docagem e R\$ 5.018 na CNA refere-se à modernização da frota em andamento.

Para as baixas de embarcações ocorridas no decorrer do 2º trimestre de 2025, vide nota explicativa nº 23.

Custo	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	30/06/2024
Imobilização em andamento	10.426	10.199	(5.728)	(230)	14.667
Obras de arte	97	-	-	-	97
Terrenos	30.480	187	-	-	30.667
Imóveis	1.645	-	-	-	1.645
Edificações	318	-	-	-	318
Máquinas e equipamentos	5.407	164	-	(104)	5.467
Móveis e utensílios	1.656	13	-	(10)	1.659
Equipamentos de informática	1.048	-	-	-	1.048
Equipamentos de comunicação	911	35	-	-	946
Embarcações	416.839	1.521	7.702	(1.460)	424.602
Veículos	619	-	-	-	619
Benfeitorias em bens de terceiros	4.259	-	-	-	4.259
	473.705	12.119	1.974	(1.804)	485.994
Depreciação	Taxa				
Edificações	4%	(145)	(6)	-	(151)
Máquinas e equipamentos	10%	(4.510)	(96)	-	(4.606)
Móveis e utensílios	10%	(1.454)	(32)	-	(1.480)
Equipamentos de informática	20%	(853)	(15)	-	(868)
Equipamentos de comunicação	20%	(861)	(26)	-	(887)
Embarcações	5% a 7%	(166.126)	(20.727)	-	(186.506)
Veículos	20%	(619)	-	-	(619)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(4.259)	-	-	(4.259)
		(178.827)	(20.902)	-	353
Imobilizado, líquido		294.878	(8.783)	1.974	(1.451)
					286.618

A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável de seus ativos na data-base de 31 de dezembro de 2024. No período findo em 30 de junho de 2025 não foram identificados indicativos de *impairment*.

Bens em garantia:

- Embarcação Asgaard Sophia alienada fiduciariamente em garantia das obrigações assumidas pela obrigação de investimento na aquisição da CNA;
- Imóvel de propriedade da CNA situado à Rua Professor Nelson Ribeiro, nº 307, Telégrafo, Belém, inscrito sob as matrículas nº 441 e nº 442: penhora na execução fiscal nº 0000284-58.2004.8.14.0301 (antigo nº 200410009995) e execução Fiscal de nº 0020201-92.2004.8.14.0301, sendo que neste último processo houve trânsito em julgado em favor da CNA e a desobstrução do imóvel está sendo providenciada;
- Embarcações Geonísio Barroso, Yvan Barreto e Haroldo Ramos com hipoteca de primeiro grau em garantia ao contrato em favor do BNDES, sendo a hipoteca em segundo grau garantia da obrigação de investimento assumida na aquisição da CNA.

10 Direito de uso e arrendamento a pagar (consolidado)

A movimentação do direito de uso relativo ao afretamento de terceiros, demonstrada a seguir:

Direito de uso	
Saldo em 31/12/2024	3.602
Amortização	(1.849)
Baixa	(1.753)
Saldo em 30/06/2025	-

Direito de uso	
Saldo em 31/12/2023	15.970
Adição	2.751
Transferência	(1.974)
Amortização	(6.959)
Saldo em 30/06/2024	9.788

A Companhia estimou as taxas de desconto com base nas taxas de juros contratadas, e em linha com as taxas observadas no mercado, excluindo do cálculo taxas contratadas que contém subsídio ou subvenção, para o prazo de seu contrato.

Em 30 de junho de 2025, a movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada a seguir:

Arrendamentos a pagar	
Saldo em 31/12/2024	4.949
Juros	138
Pagamentos	(1.219)
Baixas	(2.703)
Variação cambial	(1.165)
Saldo em 30/06/2025	-
Circulante	-
Não circulante	-

Em 30 de junho de 2024, a movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada a seguir:

Arrendamentos a pagar	
Saldo em 31/12/2023	19.635
Adição	2.751
Juros	988
Variação cambial	752
Pagamentos	(8.994)
Saldo em 30/06/2024	15.132
Circulante	13.956
Não circulante	1.176

A partir de 6 de setembro de 2024, a Companhia deixa de ter o arrendamento da embarcação WSSV Stim Star Arabian Gulf, em função do término de seu contrato.

11 Intangível

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos intangíveis, incluindo ágio, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Durante os seis meses findos em 30 de junho de 2025, não foram identificados indícios de redução ao valor recuperável (*impairment*). No caso dos ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, que não estão sujeitos à amortização, a Companhia efetuou o teste de recuperabilidade, não tendo identificado a necessidade de *impairment* no exercício anterior.

A Companhia considera, para efeito de unidades geradoras de caixa (UGC):

- 1) A CNA como unidade única geradora de caixa, pois seus ativos podem conter múltiplos arranjos e combinações de composições para cumprir os contratos de transporte de granéis líquidos combustíveis, fonte geradora de receita;
- 2) Na ABN consideramos cada embarcação própria uma Unidade Geradora de Caixa (seja da MLog ou da CNA no caso do Asgaard Sophia), dado que individualmente estas embarcações têm contratos vinculantes que por si só geram receita; e
- 3) Na Morro do Pilar, considera-se o projeto todo como uma única unidade geradora de caixa.

Consolidado

Custo	31/12/2024	Adições	30/06/2025
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)	299.934	1.334	301.268
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)	1.393	-	1.393
Softwares	930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)	472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)	65.768	-	65.768
	847.220	1.334	848.554

Amortização	Taxa		
Sistema de gestão (ERP)	20%	(1.345)	(22)
Softwares	20%	(930)	-
		(2.275)	(22)
		844.945	1.312
			846.257

Custo	31/12/2023	Adições	30/06/2024
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)	292.981	2.981	295.962
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)	1.393	-	1.393
Softwares	930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)	472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)	65.768	-	65.768
	840.267	2.981	843.248
Amortização	Taxa		
Sistema de gestão (ERP)	20%	(1.300)	(21)
Softwares	20%	(930)	-
		(2.230)	(21)
		838.037	2.960
			840.997

- (i) Esses itens, em linha com o IFRS 6 - *Exploration For and Evaluation of Mineral Rights*, referem-se a gastos incorridos pela Companhia com atividades de exploração e avaliação do seu Projeto de ferro Morro do Pilar, tais como sondagens geológicas, estudos ambientais, teste de qualidade e demais custos afetos a comprovação da qualidade e extensão dos direitos minerários.
- (ii) Refere-se ao saldo de intangível adquirido em combinação de negócios, referente ao excedente pago quando da aquisição da MOPI, alocado aos direitos minerários adquiridos, líquido de *impairment*.
- (iii) A rubrica ágio na aquisição é referente a expectativa de rentabilidade futura, registrada quando da aquisição da CNA.

12 Outros impostos a recolher

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro 2024, os saldos de outros impostos a recolher são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Passivo circulante				
ISS a recolher	-	-	128	127
PIS, COFINS e Contribuição Social retidos	97	69	274	168
PIS a recolher	1.476	1.392	3.339	3.085
COFINS a recolher	6.457	6.527	15.632	14.911
Parcelamento de tributos federais	2.755	2.461	18.719	15.828
Parcelamento de ISS	-		42	34
ICMS a recolher	-	-	193	30
INSS Folha	63	237	911	1.366
INSS de terceiros			66	51
Encargos sobre impostos a recolher	2.659	1.988	6.584	4.206
	13.507	12.674	45.888	39.806
Passivo não circulante				
Parcelamento de tributos federais	5.689	3.186	39.821	34.116
	5.689	3.186	39.821	34.116
	19.196	15.860	85.709	73.922

O parcelamento de tributos federais abrange IRRF, INSS folha, IOF, PIS, COFINS e Contribuição Social, a serem pagos em 60 parcelas.

O ISS foi parcelado em 84 prestações.

O incremento verificado em 2025, no saldo da rubrica parcelamento de tributos federais deveu-se a novos parcelamentos solicitados no período em questão.

13 Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2025, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 562.000 (R\$ 580.000 em 31 de dezembro de 2024), e no consolidado R\$ 1.042.000 (R\$ 1.073.000 em 31 de dezembro de 2024), sobre o qual a Administração não registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos, tendo em vista a ausência de histórico de lucratividade em suas operações e nesse momento, pela falta de expectativa de rentabilidade futura.

A reconciliação entre a alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

Períodos de seis meses findos em 30 de junho

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.882)	(21.949)	(3.700)	(25.026)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	1.320	7.463	1.258	8.509
Efeitos de adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	3.146	(420)	-	-
Diferenças permanentes (ii)	(465)	(872)	1.705	1.111
	4.001	6.171	2.963	9.620
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	2.083	539
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:				
Diferenças temporárias (i)	(451)	3.068	5.435	5.479
Não constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	(3.443)	(9.002)	(15.137)	(17.077)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	107	237	(4.656)	(1.439)
Alíquota efetiva	2,8%	1,1%	125,8%	5,7%

(i) As diferenças temporárias referem-se, basicamente, à constituição e/ou reversão de provisões operacionais, variação cambial não realizada e provisões para contingências.

(ii) No consolidado, as diferenças permanentes compreendem, basicamente, o AFRMM não tributado para fins de contribuição social.

Períodos de três meses findos em 30 de junho

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	3.587	(18.320)	5.246	(23.509)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	(1.220)	6.229	(1.784)	7.993
Efeitos de adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	4.222	(1.152)	-	-
Diferenças permanentes (ii)	(202)	(449)	305	640
	<u>2.800</u>	<u>4.628</u>	<u>(1.479)</u>	<u>8.633</u>
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	1.983	268
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:				
Diferenças temporárias (i)	(72)	2.144	1.741	(1.652)
Não constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	(2.570)	(6.558)	(6.434)	(7.557)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>158</u>	<u>214</u>	<u>(4.189)</u>	<u>(308)</u>
Alíquota efetiva				

O imposto de renda diferido passivo refere-se ao ganho registrado contabilmente em períodos anteriores e tributável em períodos futuros com base em sua realização financeira. Esse ganho é decorrente da renegociação da dívida relativa à aquisição da CNA.

Abaixo a movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	(4.367)	(4.367)
Passivo - Realização	107	107
Saldo em 30/06/2025	(4.260)	(4.260)
Passivo circulante	533	533
Passivo não circulante	3.727	3.727
Efeito no resultado	107	107
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	(4.876)	(4.876)
Passivo - Realização	237	237
Saldo em 30/06/2024	(4.639)	(4.639)
Passivo circulante	(499)	(499)
Passivo não circulante	(4.140)	(4.140)
Efeito no resultado	237	237

14 Partes relacionadas

Transações entre partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas na data dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão relacionados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Ativo				
Patrícia Tendrich Pires Coelho (i)	860	757	860	757
Maverick Holding S.A. (ii)	1.847	1.626	1.847	1.626
Morro do Pilar Minerais S.A. (iv)	45.615	47.100	-	-
Bourbon Offshore Marítima	-	-	20	20
Total do ativo não circulante	48.322	49.483	2.727	2.403
Passivo				
Não Circulante				
Companhia de Navegação da Amazônia (v)	140.976	140.012	-	-
Asgaard Navegação S.A. (v)	97.458	89.570	-	-
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (v)	10.000	10.000	-	-
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. (v)	23.029	22.948	-	-
Fjords Limited (iii)	4.874	4.852	4.874	4.852
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	250	247
Total do passivo não circulante	276.337	267.382	5.124	5.099

- (i) O mútuo entre a MLog e Patrícia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 860 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento, esse saldo está registrado no ativo não circulante.
- (ii) O mútuo entre a MLog e Maverick Holding S.A. (acionista da MLog) no valor de R\$ 1.847 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento, esse saldo está registrado no ativo não circulante.
- (iii) O Conselho de Administração da MLog aprovou a celebração de mútuo na modalidade de “empréstimo externo”, nos moldes da Lei nº 4.131/62, com a Fjords Limited (“Fjords” - acionista da MLog), no valor total principal de US\$ 6.950, corrigido à taxa de 12% ao ano, tendo como garantia a cessão fiduciária de recebíveis da Companhia de determinadas controladas.

Em 21 de novembro de 2024, a Fjords aplicou multa de mora sobre o valor devido, que se encontrava vencido, levando montante da dívida a R\$ 70.140, após a aplicação de mora de 4% semestral. Posteriormente, no contexto da reestruturação da dívida, conforme descrito a seguir, a Fjords concedeu um desconto no montante de R\$ 10.340, reduzindo o valor da dívida para R\$ 59.800 e anulando o impacto dos encargos de multa de mora.

Em 4 de dezembro de 2024, as Notas Comerciais Escriturais então contraídas com a Fjords foram aportadas em cotas subordinadas do ST 1015A Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Responsabilidade Ltda. - (“FIDC”), passando a Companhia a ser devedora deste FIDC em R\$ 55.000. A dívida, que antes era mensurada em Dólar, passou a ser mensurada em Reais, restando a parcela de R\$ 4.852 em 31 de dezembro de 2024 devida pela Companhia diretamente a Fjords e com fluxo de pagamento estabelecido na mesma proporção que o fluxo de amortização da dívida da Companhia com o FIDC (ver Nota Explicativa nº 15 para captação adicional junto ao FIDC).

Desta forma, a Companhia passa a ser devedora direta da Fjords no montante de R\$ 4.852, dado que o montante de R\$ 55.000 passa a ser devido diretamente ao FIDC. Em 30 de junho de 2025, a dívida com a Fjord foi atualizada ficando, assim, um saldo de R\$ 4.874.

Os montantes originais de R\$ 55.000 obtido junto ao FIDC em caixa livre (nota explicativa nº 15), os R\$ 55.000 em Notas Comerciais Escriturais da Fjords aportadas no FIDC e o valor R\$ 4.582 que permanece devido diretamente a Fjords tem o mesmo fluxo de pagamento de 48 meses, tento os 12 meses iniciais carência de pagamento de principal e os 36 meses subsequentes com fluxo de pagamento de principal adicionado de juros. Em todos os casos acima, as dívidas têm sua remuneração indexada ao CDI adicionado de *spread*.

(iv) Em 11 de setembro de 2020, foi proferida sentença julgando extinta a execução, sem resolução de mérito, do processo judicial com a empresa Boa Sorte Ltda., tendo em vista a divergência entre as partes em relação ao valor devido e a existência de Cláusula de Convenção Arbitral. Em 3 de agosto de 2022 foi assinado um acordo para resolução deste litígio mediante pagamento de valor acordado entre as partes, com parcelamento vigente até 2028. O montante inicial de R\$ 22.202, antes registrado em provisões, atualmente encontra-se registrado em contas a pagar da controladora, tendo sido pago R\$ 13.887 até 30 de junho de 2025, restando o saldo de R\$ 8.315 a pagar. Considerando que o montante a ser pago quita a aquisição de direitos minerários atualmente registrado na MOPI, constitui-se um ativo recebível na controladora como contrapartida da quitação desse ativo intangível a ser realizada pela MOPI. Além do saldo com a Boa Sorte, existem outras Notas Promissórias que totalizam o montante de R\$ 45.615 em 30 de junho de 2025 (R\$47.100 em 31 de dezembro de 2024).

(v) A controladora apresenta passivos não circulantes com suas controladas CNA, ABN, CDNC e NSN. Na CNA o valor refere-se às Notas Promissórias e Mútuos utilizados para gestão de caixa conjunto, incluído o passivo constituído nas ocasiões de pagamentos de parcelas de financiamentos da controladora com BNDES, por meio de crédito de AFRMM gerados pela CNA. No caso da ABN refere-se às Notas Promissórias para gestão de caixa conjuntas. Na CDNC trata-se de Nota Promissória com vencimento para 10 anos utilizada para aumento de capital. Todas as Notas Promissórias entre as empresas do grupo são remuneradas aos juros de 10% ao ano sem vencimento estabelecido. Já com a NSN, trata-se da manutenção administrativa desta empresa até que ela esteja em ponto operacional como afretadora de ativos, fato previsto para até o final do ano de 2025.

Adicionalmente, a Maverick Holding é avalista da totalidade da dívida referente à aquisição da CNA. A existência deste aval foi fundamental para a conclusão da operação e a Maverick Holding optou por não cobrar à Companhia por esta garantia.

Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Patrícia Tendrich Pires Coelho	103	71	103	71
Maverick Holding S.A.	102	151	102	151
Asgaard Navegação S.A.	(550)	(540)	-	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	(1)	(1)
Companhia de Navegação da Amazônia	(846)	(745)	-	94
Morro do Pilar Minerais S.A.	281	142	-	-
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	(139)	(62)	-	-
Fjords Limited	39	(2.074)	40	(2.072)
	(1.010)	(3.057)	244	(1.757)

A composição dos adiantamentos para futuros aumentos de capital em 30 de junho de 2025 está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Nova Sociedade de Navegação S.A.	Total
Saldos em 31/12/2024 *	3.491	75	2	-	3.568
Saldos em 30/06/2025	3.491	75	3	-	3.569

*A capitalização desses saldos ocorre anualmente, quando da realização das Assembleias Gerais Ordinárias das subsidiárias.

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Nova Sociedade de Navegação S.A.	Total
Saldos em 31/12/2023	3.491	37	1	2.006	5.535
Capitalizações	-	-	-	(2.006)	(2.006)
Recursos remetidos	-	37	2	-	39
Saldos em 31/12/2024	3.491	74	3	-	3.568

Contas a receber e partes relacionadas - circulante

O valor de R\$ 62 em 30 de junho de 2025 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2024) na rubrica contas a receber de partes relacionadas, no ativo circulante, refere-se a notas de débitos com controladas, oriundos de contas a receber com partes relacionadas, que serão liquidadas via Nota Promissória.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do Conselho de Administração como pessoal-chave da Administração. Em 30 de junho de 2025, a remuneração desses diretores e membros do Conselho de Administração foi, respectivamente, de R\$ 304 e R\$ 1.675 (R\$ 818 e R\$ 1.471 respectivamente, em 30 de junho de 2024). Em 2025 houve transferências de diretores para outras empresas do grupo.

A remuneração global da Administração, para o período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, em até R\$ 12.600, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, conforme previsão orçamentária.

15 Fornecedores (consolidado)

O saldo consolidado de R\$ 45.637 em 30 de junho de 2025 (R\$ 59.984 em 31 de dezembro de 2024) refere-se basicamente a fornecedores de serviços e materiais utilizados pelas empresas do Grupo em suas operações, com incremento que comporta o custo de fornecedores contratados entre os meses de maio e junho para as atividades de docagem de classe do AHTS Geonísio Barroso e a preparação e início de importação de peças para a docagem do AHTS Yvan Barreto ocorrida em dezembro de 2024 e mobilizações necessárias para início dos contratos dos AHTS Yvan Barreto e Geonísio Barroso no primeiro semestre de 2025.

16 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Saldo em 31/12/2024	Captação	Variação cambial	Juros passivos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo 30/06/2025	Circulante	Não circulante
BNDES	Financiamento	Pré-fixada	8.073	-	(460)	313	(270)	(7.656)	-	-	-
FIDC	Capital de giro	Pós-Fixada	55.000	-	-	5.962	(5.962)	-	55.000	10.695	44.305
FIDC	Capital de giro	Pós-Fixada	55.000	-	-	5.962	(5.962)	-	55.000	10.695	44.305
Total Controladora			118.073	-	(460)	12.237	(12.194)	(7.656)	110.000	21.390	88.610
C6	Capital de giro	Pós-Fixada	28.847	10.177	-	3.019	(3.018)	(4.733)	34.292	14.050	20.242
Sifra	Capital de giro	Pré-fixada	15.109	10.879	-	1.002	(1.001)	(25.989)	-	-	-
Sifra	Capital de giro	Pré-fixada	5.890	5.143	-	-	-	(11.033)	-	-	-
Quatá	Capital de giro	Pós-Fixada	7.336	15.000	-	555	(555)	(4.003)	18.333	11.905	6.428
Banco do Brasil	Capital de giro	Pós-Fixada	822	14.000	-	277	(277)	(2.414)	12.408	5.979	6.429
Banco BMG	Capital de giro	Pré-fixada	-	9.500	-	5	-	-	9.505	5.187	4.318
Banco ABC	Capital de giro	Pós-Fixada	433	-	-	10	(11)	(432)	-	-	-
Total Consolidado			176.510	64.699	(460)	17.105	(17.056)	(56.260)	184.538	58.511	126.027

Em decorrência da aquisição dos três AHTS (Nota Explicativa nº 1), a Companhia assumiu a dívida referente ao financiamento destas embarcações junto ao BNDES. Este financiamento é atualizado com base na variação do dólar dos Estados Unidos, tem taxa de juros pré-fixada de 5% e foi totalmente liquidado no 1º trimestre de 2025.

Os empréstimos são denominados em reais, com remuneração a taxas variadas que totalizam uma média anual na ordem de 7%. Os empréstimos com taxas pós-fixadas têm sua remuneração atrelada ao CDI adicionados de *spread*.

A controlada ABN figura como terceiro garantidor do empréstimo tomado pela CNA junto ao Banco ABC. Tal garantia se deu por meio da cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da ABN, relativos ao contrato de prestação de serviços ao seu cliente Petrobras.

A Companhia e sua controlada CNA possuem empréstimos e financiamentos com garantias que não contém cláusulas contratuais restritivas financeiras (“covenants”). Há cláusulas restritivas com as instituições Basa, ABC e Banco do Brasil, que contém obrigações acessórias de envio de informações e manutenção de contas movimento para seu faturamento garantidor de operações de crédito, todas plenamente cumpridas em 30 de junho de 2025.

A controlada CNA possui captação de giro com a instituição financeira Quatá. Foram duas operações pós-fixadas utilizando o contrato de *bunkering* com a Raízen e o contrato de transporte fluvial com a *FS Agrisolutions* como garantia.

A linha de crédito com Banco Sifra refere-se ao desconto de faturas a vencer com a Petrobras, referentes aos contratos de apoio marítimo operados pela ABN e o contrato de apoio fluvial pela CNA. É uma linha de crédito de curto prazo, renovada em periodicidade mensal de forma a atender a necessidade de capital de giro da Companhia e suas subsidiárias.

Conforme descrito na nota explicativa nº 13, em dezembro de 2024, houve a reestruturação da dívida com a acionista Fjords, que integralizou cotas subordinadas do FIDC através da transferência de Notas Comerciais Escriturais (“Segunda Emissão”) emitidas pela Companhia e integralizadas pela própria Fjords, no montante de R\$ 55.000. Também em dezembro de 2024, a Companhia emitiu Notas Comerciais Escriturais (“Primeira Emissão”) no montante de R\$ 55.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FIDC.

As Notas Comerciais têm prazo de 48 meses, sendo os 12 meses iniciais de carência para a amortização de principal, amortizando nestes meses apenas os juros. A partir do 13º mês, a Companhia passa a amortizar o principal acrescido de juros remuneratórios. O custo desta captação segue em linha com o custo das demais dívidas, sendo composto de CDI adicionado de *spread*. Existem *covenants* financeiros e não financeiros atrelados a esta captação, sendo os financeiros com medição iniciada em dezembro de 2024 de forma menos abrangente, e de forma mais ampla a partir de junho de 2025. Os *covenants* medidos em dezembro de 2024 e no segundo trimestre de 2025 foram integralmente cumpridos pela Companhia. Em relação a obrigações não financeiras, como envios mensais de informações, estas vêm sendo cumpridas desde dezembro de 2024. Esta operação tem como garantia recebíveis na embarcação Asgaard Sophia, além de valores depositados em conta garantida.

Esta captação teve seu fluxo direcionado (i) a reestruturação da dívida da Companhia com a parte relacionada Fjords (nota explicativa nº 13), (ii) a amortização de parte do saldo credor de recebíveis adiantados junto ao Banco Sifra, visando a redução do custo desta dívida e seu alongamento, e (iii) a realização de investimentos necessários na adaptação de embarcações para novos contratos já assinados.

Em 28 de outubro de 2024, a Companhia contraiu um empréstimo junto ao Banco C6, no valor R\$ 30.124, e em 28 de fevereiro de 2025 a NSN, controlada da MLog, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.177 junto à instituição bancária (C6) com prazo de duração de 36 meses, tendo sua remuneração atrelada ao CDI mais *spread*. Os valores em 30 de junho de 2025 estão classificados no passivo circulante, no montante de R\$ 14.050, e no passivo não circulante, no montante de R\$ 20.242. Esta captação tem como garantia recebíveis da empresa ligada Asgaard Bourbon Navegação S.A. (“ABN”) em contratos de longo prazo, com cobertura significativamente superior ao seu montante e sem *covenants* financeiros, tendo apenas a obrigação de manutenção de valor referente a 20% do montante devido em conta garantia (R\$6.858 em 30 de junho de 2025), obrigação esta que vem sendo cumprida pela Companhia.

Em 4 de fevereiro de 2025, a CNA, controlada da MLog, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 14.000 junto à instituição bancária (Banco do Brasil). Esta captação de recursos tem como propósito custear novos projetos da controlada, e as garantias utilizadas foram as embarcações Gabriela, Argelim, Acapu, Rio Puruê, Rio Grande e Rio Araguaia. Não existem obrigações de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de 42 meses.

Em 15 de abril de 2025, a CNA, controlada da MLog, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 15.000 junto à instituição bancária Quatá. Esta captação de recursos tem como propósito custear novos projetos da controlada, e a garantia utilizada foram os recebíveis da embarcação Geonísio Barroso, atualmente afretada pela Petrobrás. Não existem obrigações de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de 24 meses.

Em 16 de maio de 2025 a CNA, controlada da MLog, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 9.500 junto a instituição bancária BMG. Esta captação de recursos tem como propósito alavancar o fluxo de caixa da controlada, e a garantia utilizada foi o contrato com a Petrobrás. Não existem obrigações de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de 24 meses.

Para fins de comparação, abaixo a movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Saldo em 31/12/2023	Transferência	Captação	Variação cambial	Juros passivos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo 31/12/2024	Circulante	Não circulante
BNDES	Financiamento	Pré-fixada	33.560	-	-	4.898	1.351	(1.368)	(30.368)	8.073	8.073	-
FIDC	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	55.000	-	-	-	-	55.000	1.529	53.472
FIDC	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	55.000	-	-	-	-	55.000	1.529	53.472
Total Controladora			33.560	-	110.000	4.898	1.351	(1.368)	(30.368)	118.073	11.130	106.943
C6	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	30.124	-	864	(864)	(1.277)	28.847	9.243	19.604
Sifra	Capital de giro	Pré-fixada	33.610	-	160.121	-	9.961	(9.481)	(179.102)	15.109	15.109	-
Banco BASA	Capital de giro	Pós-Fixada	3.232	-	-	-	238	(240)	(3.230)	-	-	-
Sifra	Capital de giro	Pré-fixada	-	6.165	22.859	-	348	(1.629)	(21.853)	5.890	5.890	-
Quatá	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	15.500	-	1.070	(901)	(8.333)	7.336	7.336	-
Banco do Brasil	Capital de giro	Pós-Fixada	2.908	-	-	-	310	(382)	(2.014)	822	822	-
Banco ABC	Capital de giro	Pós-Fixada	2.158	-	-	-	246	(323)	(1.648)	433	433	-
Total Consolidado			75.468	6.165	338.604	4.898	14.388	(15.188)	(247.825)	176.510	49.963	126.547

17 Obrigações na aquisição de investimentos (controladora e consolidado)

Esta conta é referente às obrigações de pagamento assumidas quando da aquisição da totalidade das ações da controlada CNA.

O Grupo Libra, credor destas obrigações na aquisição de investimentos e responsável por potenciais passivos da CNA, encontra-se em Recuperação Judicial. O crédito do Grupo Libra junto à MLog era parte de seu Plano de Recuperação Judicial aprovado. Conforme Plano de Recuperação Judicial aprovado, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas Obrigações na aquisição de Investimentos devida pela MLog. O Instrumento de Dação em Pagamento do Grupo Libra aos seus credores continha cláusula suspensiva que vinculava a efetivação desta dação à aprovação da MLog, ocorrida em janeiro de 2020. Com esta aprovação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas obrigações. Os bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total desses créditos.

Em adição a todas as negociações já feitas desde a aquisição do investimento, abaixo demonstramos as mais recentes:

- Em 22 de fevereiro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com o Lucio Paulo dos Santos, cujos pagamentos ocorreram em três parcelas com o pagamento da última vencendo em 29 de abril de 2024. Este acordo auferiu um ganho de R\$ 3, registrado na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais.
- Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com o Gustavo Sanchez Asdourian, cujos pagamentos ocorrerão em oito parcelas com o pagamento da última vencendo em 29 de abril de 2025. Este acordo auferiu um ganho de R\$ 6, registrado na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais.
- Em dezembro de 2024 restava pendente não reclamado de confissão de dívida por partes terceiras o valor de R\$ 3.727. A Companhia obteve um parecer junto aos seus assessores legais para a baixa gradual do saldo pendente de confissão de dívida superior a 5 anos. Em 31 de dezembro de 2024 foi baixado o valor de R\$ 1.801 e haverá baixas graduais futuras até 2027. Em junho de 2025 foi baixado o valor de R\$ 391, totalizando o valor de R\$ 1.902 de baixas. As baixas serão graduais, obedecendo o cronograma de apuração de AFRMM gerado pela CNA. Esta baixa tem como base jurídica a impossibilidade de cobrança administrativa direta por parte de credores, dependendo a cobrança destes valores a partir de então de ações judiciais transitadas em julgado.

Na aquisição da CNA, o Grupo Libra assumiu contratualmente perante a Companhia a responsabilidade pelo pagamento de passivos de natureza diversas existentes na CNA até a data de sua aquisição, no valor de R\$ 5 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2024).

O quadro abaixo apresenta a movimentação da dívida na data dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2024	Juros, Multas e Adições	Caducidade da dívida	Liquidações	Saldo em 30/06/2025	Circulante	Não circulante
Parcela original	133.516	501	(391)	-	133.626	-	-
Acordo com credor	(83.807)	2.201	-	(4.440)	(86.046)	12.427	35.153
	49.709	2.702	(391)	(4.440)	47.580	12.427	35.153

Segue para fins comparativos a movimentação no período findo em 30 de junho de 2024:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2023	Juros, Multas e Adições	Acordo com credor	Liquidações	Saldo em 30/06/2024	Circulante	Não circulante
Parcela original	134.532	381	-	-	134.913	-	-
Acordo com credor	(78.653)	3.563	(3)	(6.508)	(81.601)	14.398	38.914
	55.879	3.944	(3)	(6.508)	53.312	14.398	38.914

18 Processos judiciais

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas ABN, CNA e MOPI são partes em determinadas ações judiciais. Os processos judiciais categorizados com chances prováveis de perda estão registrados contabilmente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19.

Segue abaixo tabela com o valor total das outras causas judiciais as quais os assessores legais avaliam o prognóstico de perda como possível. O valor total da causa pode não estar diretamente relacionado ao risco da Companhia, conforme explicação individual dos principais processos abaixo.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Trabalhista	-	-	4.063	3.117
Tributária	-	-	1.261	1.253
Ambiental	-	-	20.843	19.641
Cível	3.543	3.368	28.320	29.313
Administrativo	-	-	3.284	3.170
	3.543	3.368	57.771	56.496

Dentre essas causas possíveis, a Administração destaca abaixo os principais processos judiciais envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, que não foram registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

No. Processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da Causa Atualizado (R\$) ¹	Chances de perda
10283.721485/2012-45	Autuação administrativa	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus – AM/DRF/AM	Administrativo	3.225	Possível
0078416-72.2014.4.01.3800	Ação Civil Pública	Ministério Público Federal	Ambiental	20.844	Possível
0032202-20.2008.814.0301	Indenizatória	Odette Cunha Lobato Benchimol E Elias Isaac Benchimol	Cível	19.890	Possível
1001213-46.2022.5.02.0301	Reclamação Trabalhista	J.C.T	Trabalhista	2.318	Possível

No. Processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da Causa Atualizado (R\$) ¹	Chances de perda
0032808-13.2023.8.06.0001	IDPJ	Caio Cezar Vieira da Rocha	Cível	3.520	Possível
0833053-19.2023.8.19.0004	Cobrança	Nenel Indústria e Comércio de Serralheria Serviços e Reparos Navais Ltda	Cível	1.604	Possível
0814810-96.2024.8.19.0002	Execução	Estaleiro Mauá	Cível	1.204	Possível
0000284-75.2004.8.14.0301	Execução Fiscal	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará	Tributário	1.261	Possível

¹ - Valores atualizados em 30 de junho de 2025

Processo nº 10283.721485/2012-45: Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigência de débito de CSL, referente ao ano-calendário de 2008, sob a alegação de que a adição da despesa de depreciação adicional, proveniente da parcela do ativo custeado pelo AFRMM, se aplicaria à apuração da base de cálculo da CSL. Interpusemos Recurso Voluntário em 2019. Aguarda-se julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Processo nº 0078416-72.2014.4.01.3800: Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra a Morro do Pilar Minerais S.A. e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em 2014, objetivando sobrestrar os efeitos da anuência expedida pela Autarquia Federal para fins de futura supressão de fragmentos florestais inseridos no Bioma Mata Atlântica, em decorrência do licenciamento ambiental do projeto de lavra e beneficiamento de minério de ferro a ser desenvolvido pela empresa no Município de Morro do Pilar, no Estado de Minas Gerais. O processo aguarda realização de perícia.

Processo nº 0032202-20.2008.814.0301: Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, bem como lucros cessantes, ajuizada em 2008 por Odete Cunha e outro em face da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), em razão de suposta ocupação indevida de terreno, sobre o qual fora concedido licença de ocupação à CNA, por terceiro legítimo que ocupava o imóvel. Foi proferida sentença, por meio da qual foi julgada procedente a pretensão autoral. Posteriormente, foi dado provimento ao nosso recurso de apelação para julgar improcedente a pretensão autoral em relação à CNA. Em sede de embargos de declaração reestabeleceu-se a sentença. Atualmente aguarda-se julgamento do recurso especial. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra.

Reclamação trabalhista nº 1001213-46.2022.5.02.0301: Trata-se de reclamação trabalhista de ex-funcionário da Bourbon Offshore Marítima S.A., que incluiu a ABN e a MLog no polo passivo. O reclamante interpôs recurso em face da decisão que reconheceu a exceção de incompetência territorial do Tribunal Regional do Trabalho do Guarujá - São Paulo, arguida pela Reclamada, e o processo aguarda julgamento. Em sessão de julgamento, realizada em 10 de setembro de 2024, foi negado provimento ao recurso do reclamante para manter a decisão de primeiro grau que determinou que a reclamação trabalhista deverá tramitar no Tribunal do Rio de Janeiro. A contestação da MLog e da ABN foi apresentada em 11 de abril de 2025. A pedido da 1^a Ré, Bourbon Offshore Marítima S.A., foi realizada perícia médica, em 6 de junho de 2025. O processo aguarda audiência de instrução e julgamento designada para 16 de setembro de 2025.

Processo nº 0032808-13.2023.8.06.0001: Trata-se de incidente de desconsideração inversa da personalidade jurídica em face de MLog e outras 5 empresas com o objetivo de satisfazer a dívida originalmente executada contra acionista indireto.

Processo nº 0833053-19.2023.8.19.0004: Trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da ABN, referente aos serviços de reparos prestados nas embarcações no ano 2023. A ABN aguarda a juntada do mandado de citação nos autos para início do prazo de contestação.

Processo nº 0814810-96.2024.8.19.0002: Trata-se de execução ajuizada em face da ABN, referente aos serviços prestados de docagem e reparos. A ABN apresentou embargos à execução em 6 de dezembro de 2024.

Processo nº 0000284-75.2004.8.14.0301: Trata-se de Ação de Execução Fiscal pelo Estado do Pará para cobrança de ICMS sobre o AFRMM não incluído na base de cálculo referente aos meses de outubro e dezembro de 1993. Processo aguarda julgamento. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra. Em 30 de junho de 2025 foi proferida decisão que determinou a redistribuição do feito.

19 Compromissos assumidos

Em decorrência da Licença Prévia ao Projeto Morro do Pilar concedida pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM em 6 de novembro de 2014, deveriam ser satisfeitas uma série de condicionantes e outras obrigações legais até novembro de 2019, para a formalização do pedido de concessão da Licença de Instalação. Estas condicionantes e estudos necessários para o Protocolo da Licença de Instalação foram concluídas em 2019 e a Companhia formalizou o pedido de LI junto aos órgãos governamentais.

Após o referido protocolo, e antes da efetiva concessão da Licença de Instalação, a Companhia incorrerá em gastos e investimentos adicionais como compra e/ou arrendamento de terras, compensações ambientais e outros, cujos valores finais dependerão de negociações entre a Companhia e terceiros.

Quanto à compensação de que trata o artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade está limitado a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

Dessa forma, o valor final a ser pago vincula-se ao total de investimentos na implantação da mina, a depender do arranjo de projeto pretendido pela empresa no tocante à produção bruta anual estimada. Definida a compensação, o valor deverá ser pago em até 4 parcelas mensais, sendo a primeira até 30 dias após a concessão da Licença de Implantação, conforme Decreto Estadual nº 45.175/2009. Com base na documentação legal relacionada a este tema, a Companhia estima o valor desta compensação em aproximadamente R\$ 30.000 (não auditado).

Em 07 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Morro do Pilar, o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 47.500, com desembolsos já efetuados pela Companhia no montante de R\$ 15.923 até junho de 2025. A quitação do valor remanescente de R\$ 32.000 ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da Licença de Implantação.

Em 8 de agosto de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Santo Antônio do Rio Abaixo (SARA), o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 10.200, com desembolsos de R\$ 1.465 até junho de 2025. A quitação do valor remanescente de R\$ 9.000 ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da Licença de Implantação.

20 Provisões para contingências

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Passivo circulante				
Contingências trabalhistas (ii)	15	319	15	319
Servidão de passagem (i)	-	-	1.642	1.642
Provisão para reforma (iv)	-	-	1.668	1.669
Contingências judiciais (iii)	-	-	15.833	14.962
	15	319	19.158	18.592
Passivo não circulante				
Provisões operacionais (vi)	2.279	2.623	7.703	5.987
Contingências trabalhistas e cíveis (v)	-	-	259	904
	2.279	2.623	7.962	6.891
	2.294	2.942	27.120	25.483

Os valores provisionados em 30 de junho de 2025 referem-se a:

- (i) segunda parcela de acordos de servidão de passagem de mineroduto, no valor de R\$ 1.642 (R\$ 1.642 em 31 de dezembro de 2024) registrado na controlada Dutovias, devido quando da regularização cartorial pelos proprietários dos imóveis servientes;
- (ii) provisões para contingências trabalhistas de R\$ 15 (R\$ 319 em 31 de dezembro de 2024) registrado na controladora;
- (iii) provisões judiciais na ABN, conforme nota explicativa nº 1, no valor de R\$ 15.833 (R\$ 14.962 em 31 dezembro de 2024);
- (iv) provisão para reforma de R\$ 1.668 (R\$ 1.669 em 31 de dezembro de 2024), referente a pagamentos futuros para a reforma da embarcação da CNA;
- (v) refere-se às ações cíveis e trabalhistas na controlada CNA, nos quais as chances de perda foram categorizadas como prováveis;
- (vi) R\$ 2.279 (R\$ 2.623 em 31 de dezembro de 2024) na controladora, R\$ 4.397 (R\$ 2.740 em 31 de dezembro de 2024) na controlada Morro do Pilar; e R\$ 1.027 (R\$ 1.084 em 31 de dezembro de 2024) na controlada ABN, referentes às provisões operacionais e contingências trabalhistas.

21 Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia é representado por, respectivamente, 2.306.238 ações ordinárias, conforme abaixo detalhado:

Acionistas	30/06/2025 e em 31/12/2024	
	Ações Ordinárias	%
Maverick Holding S.A.	945.712	41,01
Fjords Limited	814.969	35,34
Fábrica Holding S.A.	154.072	6,68
Outros	391.485	16,97
	2.306.238	100,00

Nos termos da reforma do Estatuto Social, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de agosto de 2015, o capital social da Companhia poderá ser aumentado por deliberação adotada pelo Conselho de Administração, independentemente de alteração do Estatuto Social, até que alcance 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá estipular a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e emissão.

Distribuição de lucros

Do lucro líquido apurado na demonstração do resultado do exercício, aplicam-se: (i) 5% na constituição de reserva legal até que esta atinja 20% do capital social, (ii) 25% serão alocados ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas e (iii) até 75% poderão ser alocados a constituição de reserva de investimentos, para fins de financiar a expansão das atividades da Companhia e de suas controladas, inclusive através de subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos comerciais, conforme aprovados pela Assembleia Geral, com base em propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, não podendo esta reserva exceder 100% do capital social (ao atingir tal limite, a Assembleia Geral deliberará distribuir o saldo aos acionistas ou aumentar o capital social da Companhia).

A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2024, portanto, não houve distribuição de dividendos.

Prejuízo por ação básico e diluído

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação no período findo em junho (exceto a quantidade de ações em circulação e o resultado por ação básico e diluído):

	Período de seis meses	
	30/06/2025	30/06/2024
Resultado atribuído aos detentores das ações	(3.775)	(21.712)
Ações em circulação (média ponderada)	2.306.238	2.306.238
Resultado por ação - básico e diluído (*)	(1,64)	(9,41)

	Período de três meses	
	30/06/2025	30/06/2024
Resultado atribuído aos detentores das ações	3.745	(18.106)
Ações em circulação (média ponderada)	2.306.238	2.306.238
Resultado por ação - básico e diluído (*)	1,62	(7,85)

(*) A Companhia não tem instrumentos financeiros diluidores, bem como o lucro (prejuízo) do período não gera efeito diluidor.

Capital a integralizar

Em 7 de junho de 2023 ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária aprovando a declaração de caducidade das ações pendentes de integralização pelo acionista Maverick Holding, passando estas ações à posse de tesouraria da Companhia. A Administração da Companhia envidaria esforços na alienação destas ações no prazo de um ano. Caso a alienação não ocorresse neste prazo, uma Assembleia Geral deveria deliberar sobre a redução do capital social em valor correspondente. Nesse caso, nos termos do artigo nº 107, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), a Maverick Holding perderia, inclusive, o valor já integralizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de junho de 2024, foi aprovada pelos acionistas a caducidade das 593.474 ações que estavam em tesouraria equivalente a R\$ 166.860, reduzindo assim a quantidade de ações e o correspondente valor do capital, aumentando a participação proporcional de todos os acionistas.

Com a declaração da caducidade das 593.474 ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding, a parcela do aumento de capital que havia sido integralizada parcialmente foi dada como perdida pela Maverick Holding, uma vez que a integralidade das ações subscritas desta foi declarada caduca, nos termos da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76), tendo sido este excedente de R\$ 38.809 reclassificado para conta específica do patrimônio líquido, por se tratar de uma transação entre acionistas da Companhia, sem impacto no resultado do período.

Custo na captação de recursos

Os custos com advogados, consultores, publicidade, outros serviços e o imposto sobre essas operações (IOF) incorridos para fins de captação do capital social, foram pagos pela Companhia e contabilizados como custo de captação de recursos no patrimônio líquido.

Resultados abrangentes

O resultado abrangente do período é referente às variações patrimoniais ocorridas na ABN em decorrência de redução do seu capital social em 2022 no valor de R\$5.662.

Transações de capital

Conforme comentado acima, com a declaração de caducidade das 593.474 ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding, a parcela do aumento de capital que havia sido integralizada parcialmente por este acionista foi dada como perdida, sendo o valor correspondente de R\$38.809 reclassificado para esta conta específica do patrimônio líquido, por se tratar de uma transação entre acionistas da Companhia, sem impacto no resultado do período.

Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de junho de 2023, os acionistas aprovaram a retomada, pela Companhia, de 593.474 ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding, através da declaração da caducidade dessas ações. Essas ações foram transferidas para a rubrica ações em tesouraria e a Companhia envidou esforços para realizar a sua venda no prazo de um ano. Como não houve sucesso na venda, estas ações foram declaradas caducas, sendo a caducidade o rompimento definitivo do vínculo entre o acionista e a Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2024, foi deliberado o cancelamento das 593.474 ações ordinárias subscritas e parcialmente integralizadas, declaradas caducas no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de junho de 2023, resultando na redução do capital social da Companhia no montante de R\$166.860.

22 Receita líquida de prestação de serviços, custos e despesas dos serviços prestados

As receitas e os correspondentes custos realizados pelas controladas ABN e CNA, bem como pela Companhia, são demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Receitas				
Afretamento de embarcações	25.500	17.472	95.654	118.006
Transporte de cargas	-	-	43.950	35.906
Receita bruta	25.500	17.472	139.604	153.912
Deduções da receita bruta				
PIS e COFINS	(2.359)	(1.616)	(13.979)	(14.155)
ICMS	-	-	(3.920)	(3.588)
Outros	-	-	(4.207)	(1.609)
Receita líquida	23.141	15.856	117.498	134.560
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(42.192)	(48.029)
Afretamento	-	-	(3.991)	(5.810)
Depreciação	(14.254)	(15.166)	(20.552)	(20.768)
Locações	-	-	(1.125)	(858)
Materiais	-	-	(13.785)	(30.942)
Seguros	-	-	(3.113)	(2.785)
Serviços	-	-	(6.015)	(5.269)
Amortização de arrendamentos	-	-	(1.849)	(6.959)
Outros	-	-	(5.892)	(2.999)
	(14.254)	(15.166)	(98.514)	(124.419)
Resultado bruto	8.887	690	18.984	10.141

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Receitas				
Afretamento de embarcações	10.290	8.736	48.035	59.607
Transporte de cargas	-	-	20.010	16.529
Receita Bruta	10.290	8.736	68.045	76.136
Deduções				
PIS e COFINS	(952)	(808)	(6.754)	(7.027)
ICMS	-	-	(2.089)	(1.701)
Outros	-	-	(342)	(909)
Receita líquida	9.338	7.928	58.860	66.499
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(21.403)	(23.445)
Afretamento	-	-	(2.075)	(2.787)
Depreciação	(7.126)	(7.587)	(10.448)	(10.416)
Locações	-	-	(483)	(395)
Materiais	-	-	(4.553)	(17.071)
Seguros	-	-	(1.438)	(1.332)
Serviços	-	-	(3.395)	(3.171)
Amortização de arrendamentos	-	-	-	(3.445)
Outros	-	-	(4.919)	(310)
	(7.126)	(7.587)	(48.714)	(62.372)
Resultado bruto	2.212	341	10.146	4.127

As demonstrações sobre natureza dos custos e despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Pessoal	(2.901)	(2.612)	(55.910)	(61.092)
Afretamento	-	-	(3.991)	(5.810)
Depreciação	(14.280)	(15.209)	(20.670)	(20.923)
Locações	(180)	-	(558)	(858)
Materiais	-	-	(13.785)	(30.942)
Seguros	-	-	(3.113)	(2.785)
Serviços	(985)	(1.434)	(8.259)	(8.073)
Remissão de dívida	391	19	302	19
Amortização de arrendamentos	-	-	(1.849)	(6.959)
Multa baixa contratual	-	-	7.500	-
Outros	211	1.327	(3.480)	(4.590)
	(17.744)	(17.909)	(103.813)	(142.013)
Custos dos serviços prestados	(14.254)	(15.166)	(98.514)	(124.419)
Despesas operacionais	(4.611)	(4.736)	(21.449)	(20.119)
Outras receitas operacionais	1.121	1.993	16.150	2.525
	(17.744)	(17.909)	(103.813)	(142.013)

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Pessoal	(1.416)	(1.423)	(28.478)	(30.491)
Afretamento	-	-	(2.075)	(2.787)
Depreciação	(7.139)	(7.606)	(10.507)	(10.498)
Locações	(98)	-	(284)	(395)
Materiais	-	-	(4.553)	(17.071)
Seguros	-	-	(1.438)	(1.332)
Serviços	(474)	(701)	(4.671)	(4.946)
Remissão de dívida	290	-	201	-
Amortização de arrendamentos	-	-	-	(3.445)
Multa baixa contratual	-	-	7.500	-
Outros	<u>(204)</u>	<u>(137)</u>	<u>(207)</u>	<u>(2.247)</u>
	<u>(9.041)</u>	<u>(9.867)</u>	<u>(44.512)</u>	<u>(73.212)</u>
Custos dos serviços prestados	(7.126)	(7.587)	(48.714)	(62.372)
Despesas operacionais	(2.257)	(2.518)	(11.687)	(11.139)
Outras receitas operacionais	<u>342</u>	<u>238</u>	<u>15.889</u>	<u>299</u>
	<u>(9.041)</u>	<u>(9.867)</u>	<u>(44.512)</u>	<u>(73.212)</u>

23 Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Remuneração e encargos	(2.147)	(1.727)	(9.387)	(8.201)
Encargos previdenciários	(343)	(402)	(1.959)	(2.190)
Benefícios	(411)	(483)	(2.362)	(2.624)
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>(48)</u>
	<u>(2.901)</u>	<u>(2.612)</u>	<u>(13.716)</u>	<u>(13.063)</u>

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Remuneração e encargos	(1.079)	(886)	(4.948)	(4.365)
Encargos previdenciários	(139)	(206)	(910)	(1.081)
Benefícios	(198)	(331)	(1.210)	(1.552)
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>(48)</u>
	<u>(1.416)</u>	<u>(1.423)</u>	<u>(7.073)</u>	<u>(7.046)</u>

24 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Reversão (constituição) de provisões	646	1.194	(1.914)	738
Acordo judicial	58	-	58	-
Remissão de dívidas ³	391	19	391	19
Multa baixa contratual ¹			7.500	
Baixa de investimentos e imobilizados ²	-	500	8.616	442
Tributos recuperados RFB	-	-	1.486	1.000
Outros	26	280	13	326
	1.121	1.993	16.150	2.525

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Reversão (constituição) de provisões	(33)	(42)	(1.144)	(442)
Acordo judicial	58	-	58	-
Remissão de dívidas	290	-	290	-
Créditos extemporâneos de INSS	-	-	-	(532)
Multa baixa contratual ¹			7.500	
Baixa de investimento e imobilizado ²	-		8.116	(110)
Tributos recuperados RFB	-	-	493	1.000
Outros	27	280	76	383
	342	238	15.889	299

¹ Em 12 de maio de 2025, houve uma multa por rescisão de contrato de *bunkering*.

² Em 25 de abril e em 6 de maio de 2025, a controlada CNA promoveu a venda de dez embarcações, recebendo o valor de R\$ 4.996 a vista e o restante sendo dividido em oito parcelas, estas embarcações encontravam-se fora de operação..

³ Vide Nota explicativa nº. 16.

25 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	818	135
Atualização monetária de impostos a recuperar	4	3	193	414
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	606	365	244	166
Variação cambial	2.717	394	3.629	394
	3.327	762	4.884	1.109

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	437	58
Atualização monetária de impostos a recuperar	2	1	69	360
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	316	184	136	128
Variação cambial	175	39	171	39
	493	224	813	585

26 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.274)	(3.705)	(16.060)	(7.419)
Juros na aquisição de investimentos	(2.702)	(3.944)	(2.702)	(3.944)
Variação cambial	(2.823)	(10.394)	(2.711)	(12.147)
Juros AVP arrendamentos	-	-	(138)	(988)
Encargos bancários	(134)	(137)	(1.146)	(386)
Multas e juros	(1.922)	(1.243)	(9.241)	(8.172)
Outros	(3)	-	(60)	(217)
	(21.858)	(19.423)	(32.058)	(33.273)

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.405)	(2.720)	(5.717)	(4.326)
Juros na aquisição de investimento	(1.412)	(1.792)	(1.412)	(1.792)
Juros AVP arrendamentos	-	-	-	(338)
Variação cambial	(825)	(7.659)	(2.711)	(9.010)
Encargos bancários	(68)	(126)	(78)	(279)
Multas e juros	(908)	(921)	(4.604)	(6.390)
Outros	(3)	-	(41)	(188)
	(9.621)	(13.218)	(14.563)	(22.323)

27 Informações por segmento de negócios

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (R1) - Informações por Segmento, equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A MLog utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e produtos e são administradas separadamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis.

- **Mineração**

Abrange as atividades pré-operacionais de mineração de minério de ferro em Minas Gerais, consolidando todas as operações relacionadas aos estudos e pesquisas dos trabalhos necessários para protocolo da Licença de Instalação (“LI”) e implantação do Projeto Morro do Pilar (“Projeto MOPI”).

As subsidiárias Dutovias do Brasil S.A. e Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba possuem escopo relacionado ao segmento de logística, ligado à mineração, estando ambas em estágio pré-operacional.

- **Navegação**

O segmento de navegação consolida as operações da Companhia (afretamento a casco nu dos navios AHTS, que a Companhia é proprietária) e de suas controladas Asgaard Bourbon (apoio *offshore* na região sudeste), a qual a Companhia detém 50% do capital, e CNA (navegação interna na região norte), a qual a Companhia detém 100% do capital.

A Asgaard Bourbon opera no setor de apoio marítimo desde março de 2016, inicialmente prestando serviço com a embarcação OSRV Asgaard Sophia à Petrobras e atualmente com uma frota de 4 navios operando com a Petrobras, sendo a OSRV Asgaard Sophia, os navios tipo AHTS Geônasio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barreto.

O incremento das receitas da Asgaard Bourbon, no comparativo com o mesmo período de 2024, deve-se ao contrato do AHTS Haroldo Ramos que, desde setembro de 2023, após a sua renovação, tem auferido receita compatível com novo contrato, substancialmente maior do que o contrato anterior.

A CNA transporta óleo e derivados na região Norte do Brasil, operando seus ativos em níveis próximos ao limite dadas as condições regionais atuais, tanto climáticas quanto de infraestrutura de armazenagem. A CNA detém uma frota de balsas e empurreadores, que somada a ativos afretados compõe a frota disponível para suas operações.

A unidade de negócios da navegação é também representada por meio da SCP, a qual a MLog é sócia ostensiva e a NSN é sócia participante, apresentada nas informações contábeis da NSN como um investimento e com abertura da consolidação contábil considerando eliminações previstas.

Demonstração do resultado - Segmentos

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2025

Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	-	117.498	117.498
Custos dos serviços prestados	-	(98.514)	(98.514)
Resultado bruto	-	18.984	18.984
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	(3.256)	(10.460)	(13.716)
Despesas com serviços prestados	(1.001)	(1.243)	(2.244)
Despesas gerais e administrativas	(733)	(2.903)	(3.636)
Depreciação e amortização	(115)	(3)	(118)
Despesas tributárias	(71)	(1.664)	(1.735)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	9.789	9.789
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(927)	17.077	16.150
	(6.103)	10.593	4.490
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(6.103)	29.577	23.474
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	610	4.274	4.884
Despesas financeiras	(4.422)	(27.636)	(32.058)
	(3.812)	(23.362)	(27.174)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.915)	6.215	(3.700)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(4.763)	(4.763)
Diferidos	-	107	107
	(9.915)	1.559	(8.356)

Demonstração do resultado - Segmentos

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024

Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	-	134.560	134.560
Custos dos serviços prestados	-	(124.419)	(124.419)
Resultado bruto	-	10.141	10.141
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	(2.943)	(10.120)	(13.063)
Despesas com serviços prestados	(1.449)	(1.355)	(2.804)
Despesas gerais e administrativas	(700)	(2.762)	(3.462)
Depreciação e amortização	(135)	(20)	(155)
Despesas tributárias	(98)	(537)	(635)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	14.591	14.591
Outras receitas operacionais	712	1.813	2.525
	(4.613)	1.610	(3.003)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(4.613)	11.751	7.138
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	4	1.105	1.109
Despesas financeiras	(14.028)	(19.245)	(33.273)
	(14.024)	(18.140)	(32.164)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.637)	(6.389)	(25.026)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(1.676)	(1.676)
Diferidos	-	237	237
Prejuízo do período	(18.637)	(7.828)	(26.465)

Ativos e passivos

Informações por segmento em 30 de junho de 2025

Em milhares de reais

	Corporativo	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos				
AFRMM	-	-	35.604	35.604
Direitos na transação negocial	-	-	5	5
Partes relacionadas	2.727	-	-	2.727
Imobilizado	-	30.031	257.627	287.658
Intangível	25	780.463	65.768	846.257
Outros ativos	3.119	70	113.505	116.693
	5.871	810.564	472.509	1.288.944
Passivos				
Fornecedores	496	83	45.058	45.637
Empréstimos e financiamentos	-	-	184.538	184.538
Partes relacionadas	-	-	5.124	5.124
Provisões	-	8.333	18.787	27.120
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	47.580	47.580
AFRMM	-	-	205.534	205.534
Outros passivos	28.046	11.678	100.420	140.144
	28.542	20.094	607.041	655.677

Ativos e passivos

Informações por segmento em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais

	Corporativo	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos				
AFRMM	-	-	30.857	30.857
Direitos na transação negocial	-	-	5	5
Partes relacionadas	2.403	-	-	2.403
Imobilizado	-	30.123	261.382	291.505
Intangível	47	779.129	65.769	844.945
Outros ativos	3.315	69	116.620	120.004
	5.765	809.321	474.633	1.289.719
Passivos				
Fornecedores	787	238	58.959	59.984
Empréstimos e financiamentos	-	-	176.510	176.510
Partes relacionadas	-	-	5.099	5.099
Provisões	-	7.324	18.159	25.483
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	49.709	49.709
AFRMM	-	-	201.215	201.215
Outros passivos	30.355	13.520	86.221	130.096
	31.142	21.082	595.872	648.096

28 Instrumentos financeiros

Classificação por categoria

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos, quando aplicáveis, são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preço cotado (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 estão relacionados abaixo:

Ativos e passivos financeiros	30/06/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Categoria	Valor contábil	Categoria
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	13.236	Custo amortizado	19.826	Custo amortizado
Aplicação vinculada	6.858	Custo amortizado	5.769	Custo amortizado
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	12.601	Custo amortizado	6.430	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	34.759	Custo amortizado	25.360	Custo amortizado
Partes relacionadas	2.727	Custo amortizado	2.403	Custo amortizado
Direitos na transação negocial	5	Custo amortizado	5	Custo amortizado
Outros créditos	4.012	Custo amortizado	3.528	Custo amortizado
Passivos				
Fornecedores	45.637	Custo amortizado	59.984	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	184.538	Custo amortizado	176.510	Custo amortizado
Partes relacionadas	5.124	Custo amortizado	5.099	Custo amortizado
Acordos judiciais a pagar	8.313	Custo amortizado	10.066	Custo amortizado
Outras contas a pagar	14.535	Custo amortizado	12.884	Custo amortizado
Obrigações na aquisição de investimentos	47.580	Custo amortizado	49.709	Custo amortizado

Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
(-) Caixa e equivalente de caixa	(16)	(1.186)	(13.236)	(19.826)
(-) Aplicação vinculada	-	-	(6.858)	(5.769)
Ativo	(16)	(1.186)	(20.094)	(25.595)
Empréstimos e financiamentos	110.000	118.073	184.538	176.510
Partes relacionadas	276.337	267.382	5.124	5.099
Obrigações na aquisição de investimentos	47.580	49.709	47.580	49.709
Passivo	433.917	435.164	237.242	231.318
Dívida líquida	433.901	433.978	217.148	205.723
Total do patrimônio líquido	650.276	654.051	633.267	641.623
Capital total	1.084.177	1.088.029	850.415	847.346
Índice de alavancagem financeira - %	40,02	39,89	25,53	24,28

Risco de Mercado e Gestão de riscos

Riscos de mercado são potenciais alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, bem como riscos de crédito e liquidez. Oscilações no mercado irão afetar os resultados, liquidez e valor dos instrumentos financeiros da Companhia.

A Administração procura gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno aos seus acionistas. As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa.

As práticas estabelecem critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e de taxas de juros.

Os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia são sumarizados abaixo:

- Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que estão sujeitos a riscos de crédito referem-se, substancialmente, às suas disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa (com instituições financeiras), contas a receber (clientes comerciais) e recebíveis de partes relacionadas.

- Contas a receber**

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, adotando como prática somente negociar com clientes que possuam capacidade de crédito entendidas como suficientes.

O principal cliente do Grupo, que em 30 de junho de 2025 representava 64% dos recebíveis e 81% da receita líquida de vendas (70% e 80% em 31 de dezembro de 2024 respectivamente), vêm operando com a Companhia por longa data, e nenhum de seus recebíveis foi baixado ou apresentou histórico de inadimplência.

Adicionalmente, não há histórico de securitização dos nossos créditos.

● ***Caixa e equivalentes de caixa***

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4, o saldo em 30 de junho de 2025 de caixa e equivalentes de caixa, refere-se, em sua maioria, a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras que possuem rating em escala nacional entre AA- e AA+, baseado na agência de rating S&P.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa tem baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicativos de *impairment* baseado nessa exposição de risco.

Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

● ***Risco de taxa de juros***

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações financeiras.

Em 30 de junho de 2025, aproximadamente 5% dos empréstimos e financiamentos estavam atrelados à taxa de juros pré-fixadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 15. A Companhia atualmente não realiza operações de *hedge*, incluindo *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Adicionalmente, existe o risco da queda de juros atrelada ao CDI impactar também negativamente a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (Nota Explicativa nº 4) gerando, assim, uma redução do nível de receita sobre aplicações financeiras.

● ***Risco cambial***

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de câmbio que aumentem os valores a pagar em decorrência de empréstimos atrelados a moedas estrangeiras. Atualmente não há empréstimos e financiamentos em outra moeda.

● ***Risco de liquidez***

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar seus passivos (principalmente dívidas). A Companhia e suas controladas procuram alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e assim gerar a necessidade de maior alavancagem financeira. Chamamos atenção à nota explicativa nº 1, onde a Administração divulga sobre a situação de capital circulante negativo, seus impactos potenciais nas operações e na gestão de tesouraria, bem como as medidas sendo tomadas para a sua melhoria.

O quadro abaixo detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas na data dessas informações contábeis intermediárias consolidadas:

Consolidado

	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Empréstimos e financiamentos	58.511	101.584	24.443	184.538
Fornecedores	45.396	241	-	45.637
Partes relacionadas	-	5.124	-	5.124
Obrigações na aquisição de investimentos	12.427	6.184	28.969	47.580
Outras contas a pagar	6.164	8.371	-	14.535
Acordos judiciais a pagar	4.155	4.158	-	8.313
	<u>126.653</u>	<u>125.662</u>	<u>53.412</u>	<u>305.727</u>

Segue para fins comparativos a movimentação em 31 de dezembro de 2024:

Consolidado

	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Empréstimos e financiamentos	49.963	92.931	33.616	176.510
Fornecedores	59.759	225	-	59.984
Arrendamentos a pagar	4.808	141	-	4.949
Partes relacionadas	-	5.099	-	5.099
Obrigações na aquisição de investimentos	12.810	7.092	29.807	49.709
Outras contas a pagar	5.046	8.626	-	13.672
Acordos judiciais a pagar	5.486	4.580	-	10.066
	<u>137.872</u>	<u>118.694</u>	<u>63.423</u>	<u>319.989</u>

Análise de sensibilidade - Taxa de juros:

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo consolidado com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 30 de junho de 2025. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado no Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 8 de agosto de 2025:

	Consolidado			
	30/06/2025	Projeção do efeito no PL em 31/12/2025	+25%	+50%
			Cenário I	Cenário II
Ativo				
Aplicações financeiras -				
Equivalentes de caixa	5.049	757	947	1.136
Aplicação vinculada	6.858	1.029	1.286	1.543
Partes relacionadas	<u>2.727</u>	<u>409</u>	<u>511</u>	<u>614</u>
Total	<u>14.634</u>	<u>2.195</u>	<u>2.744</u>	<u>3.293</u>
Passivo				
Obrigação na aquisição de investimento	(47.580)	(7.137)	(8.921)	(10.706)
Empréstimos e Financiamentos	(184.538)	(27.681)	(34.601)	(41.521)
Partes Relacionadas	<u>(4.873)</u>	<u>(731)</u>	<u>(914)</u>	<u>(1.096)</u>
Total	<u>(236.991)</u>	<u>(35.729)</u>	<u>(44.436)</u>	<u>(53.323)</u>
Exposição líquida	<u>(222.357)</u>	<u>(33.534)</u>	<u>(41.692)</u>	<u>(50.030)</u>
Indexador	CDI	14,90%	15,00%	18,75%
				22,50%

29 Transações que não afetam caixa

As transações abaixo não tiveram impacto no caixa da Companhia e/ou suas controladas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Atividades operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	3.120	-
Fornecedores	-	-	5.736	4.715
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.856</u>	<u>4.715</u>
Atividades de investimentos				
Aquisição imobilizado a prazo	-	-	-	139
Aquisição intangível a prazo	-	-	2.603	2.212
Aumento de capital em controlada	<u>-</u>	<u>12.006</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>12.006</u>	<u>2.603</u>	<u>2.351</u>
Atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	9.792	(693)	13.915	(6.024)
	<u>9.792</u>	<u>(693)</u>	<u>13.915</u>	<u>(6.024)</u>
Total de transações não envolvendo caixa	<u>9.792</u>	<u>11.313</u>	<u>22.254</u>	<u>1.042</u>

As transações que não envolvem caixa são de partes relacionadas entre o Grupo para gestão de caixa.

30 Seguros

A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas apólices de seguro com objetivo de proteger sua operação e seus ativos. Nas atividades de navegação, as subsidiárias ABN e CNA contratam seguros de suas embarcações (seguros de casco), além de coberturas de proteção e indenização (P&I). As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão de auditoria e, consequentemente, não foram auditadas ou revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas existentes em 30 de junho de 2025 são:

Seguro de casco

- CNA: Cobertura total de R\$ 131 milhões;
- ABN: Cobertura total de US\$ 20,8 milhões; e
- MLog: Cobertura total de US\$ 30,01 milhões.

Riscos nomeados (infraestrutura e histórico geológico)

- MOPI: Cobertura total de R\$ 236 milhões.

Seguro de Proteção e Indenização (P&I)

- CNA: Cobertura limitada a US\$ 8,2 bilhões por evento e ocorrência; e
- ABN: Limite Máximo de Indenização. Limite do Grupo Internacional de P&I – US\$ 8,2 bilhões.

O seguro da ABN foi renovado em 04 de julho de 2025, com vigência até 4 de julho de 2026, e o seguro da CNA foi renovado em 20 de fevereiro de 2025 com vigência até 20 de fevereiro de 2026. O seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), da controladora e suas subsidiárias, no valor segurado de até R\$ 50.000.

31 Eventos subsequentes

Em 21 de julho de 2025 a Mlog contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 35.000 junto a instituição bancária Banco Pine, sendo realizada em duas liberações. A primeira de R\$ 20.000 na assinatura do contrato, e a segunda de R\$ 15.000 após o registro de alienação fiduciária da embarcação Yvan Barreto. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa, e a garantia utilizada foi o contrato com a Petrobrás da embarcação Yvan Barreto. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de 46 meses.

Antonio Frias Oliva Neto

Diretor Presidente, Administrativo-Financeiro
e de Relação com Investidores

Yury Gazen Dimas

Diretor de Controladoria e Contador
CRC RJ 131.582/O-3

Bruno Júnior Dornelas da Rocha Gomes

Contador - CRC MG 106.836/O-8 S RJ